

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

Senhores Acionistas,
Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 - ANEEL.

Passamos por um período de grandes mudanças na legislação do setor elétrico, acompanhadas de crise na geração de energia, retração na economia e uma série de incertezas sobre o futuro do país. Um cenário preocupante para todos os brasileiros, que bravemente continuam lutando contra todas as adversidades. A CoCEL também precisou se adequar a esta realidade e tomamos todas as medidas possíveis para reduzir custos sem interferir na qualidade do atendimento prestado. Além de visar garantir a saúde financeira da Companhia, tínhamos ainda a missão de obtermos a renovação da concessão para distribuição de energia em Campo Largo. Os esforços foram recompensados e em dezembro de 2015 renovamos o contrato de concessão por mais 30 anos - com orgulho de sermos uma concessionária que pertence aos campolarguenses e com ânimo renovado para proporcionar um serviço cada vez mais eficiente a todos os nossos consumidores.

Em 2015 a Companhia alcançou outro objetivo que há muito tempo buscava - adquiriu a subestação Distrito Industrial de Campo Largo da Copel, aumentando sua capacidade de fornecimento de energia no nível de tensão maior (138 KV), assim teve um acréscimo de 50% na compra de energia.

Além da compra da subestação, foram investidos R\$ 6,7 milhões em melhorias na rede de distribuição e de expansão da rede. Todos os bairros do município podem contar com energia e atendimento de qualidade.

Para garantir a qualidade no atendimento foram realizadas 1892 horas de treinamentos em 2015 e nossos procedimentos são constantemente aprimorados. Melhoramos a central de atendimento telefônico - com a automatização a capacidade de atendimento aumentou em oito vezes; nosso site é constantemente atualizado - oferecendo ao consumidor vários canais para solicitação de serviços, informações e até reclamações.

Para agilizar a execução de ordens de serviço os procedimentos de envio e conclusão foram automatizados, o despacho é feito diretamente para os tablets das equipes técnicas que estiverem mais próximas do consumidor. A emissão de faturas em toda a área urbana passou a ser realizada instantaneamente após a leitura, garantindo maior rapidez e eficiência no processo.

A busca pela eficiência energética também fez parte das atividades da Companhia em 2015. Dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior concluímos a substituição de oito mil lâmpadas e 325 geladeiras de consumidores de baixa renda. Os equipamentos antigos foram substituídos por modelos novos e econômicos, possibilitando a economia de 1.200 MWh (megawatt-hora) em um ano. Este projeto é realizado conforme as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que também fiscaliza.

Ressalto que a Companhia conta com colaboradores eficientes e dedicados e graças a este empenho completamos 47 anos de atividades, com outros 30 pela frente. Que sejam anos de sucesso e prosperidade para toda Campo Largo. Boa leitura!

Cordialmente,
Emílio Pianaro Junior.
Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão
"Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas".

Visão
"Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade".

Política da Qualidade
"Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade". (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações
"Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente". (ISSO-10002)

Princípios e Valores
"A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores".

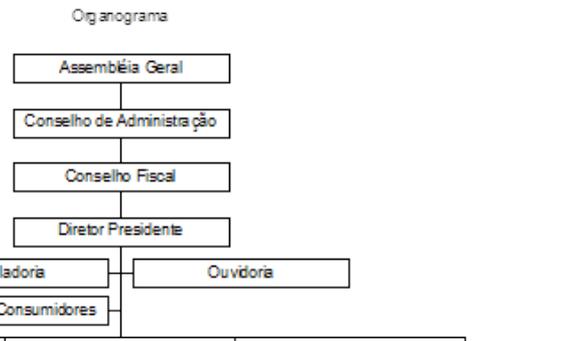
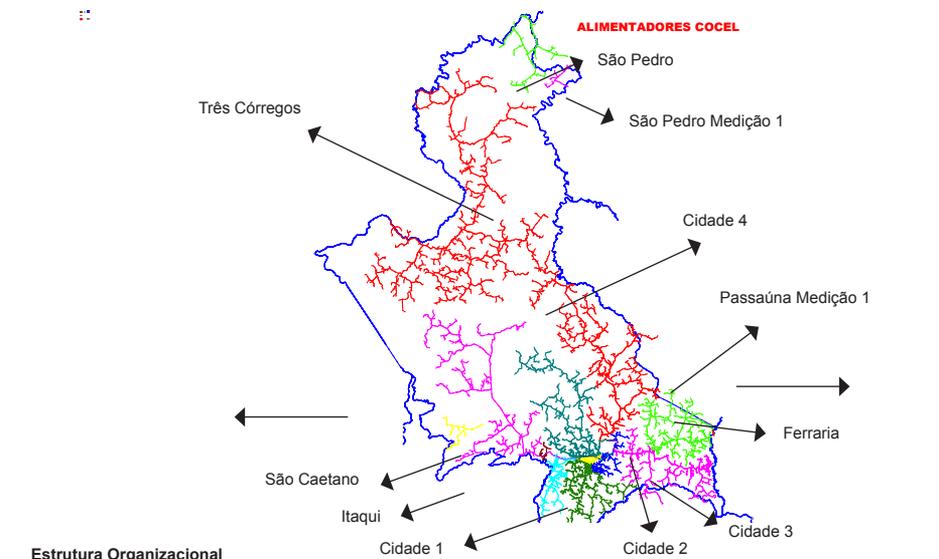
Organização e Gestão
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 46 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a CoCEL manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a CoCEL renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 38.000 (trinta e oito milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa
A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia
A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 122.443 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2014, e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores
O Setor de Atendimento contou em 2015 com onze colaboradores e uma estagiária divididos entre o atendimento personalizado, recepção da empresa e tele atendimento. Os meios disponibilizados para contato são os seguintes:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Tele atendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.
- "Fale conosco" / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

A instalação da central de tele atendimento automatizada no final de 2014 possibilitou que um número maior de consumidores pudesse ser atendido ao mesmo tempo, mesmo em períodos críticos - quando um grande número de consumidores fica sem energia. O site oficial foi totalmente reformulado, garantindo melhor navegabilidade e disponibilizando um maior número de informações de interesse dos consumidores. O site ainda possibilita que sejam atualizados os dados de telefone e e-mail das unidades consumidoras e facilita o contato por e-mail com a concessionária.

Em 2015 foram registrados 251.917 protocolos de atendimento - média de 21 mil registros por mês. Houve aumento de 47% nos protocolos registrados e de 175% na quantidade de serviços solicitados em relação ao ano anterior. Quase metade dos atendimentos (44%) é referente a serviços. O número de ligações recebidas via central de tele atendimento também subiu - foram 52.405 ligações recebidas no ano.

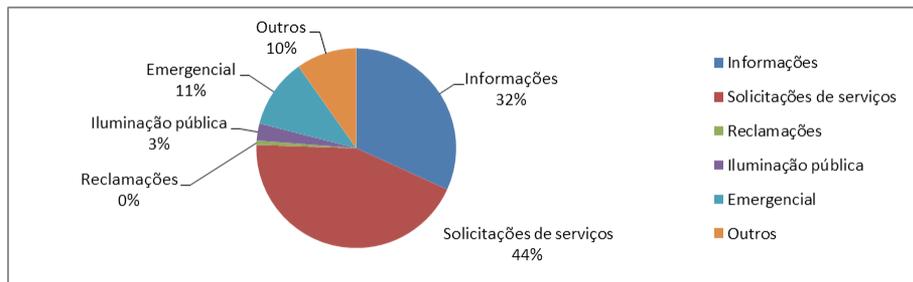


Figura 1 - Atendimentos por classificação
O atendimento personalizado ainda é o preferido pela maioria dos consumidores, mas os canais de comunicação alternativos (como Agência Virtual, sms e e-mail) aumentaram a participação.

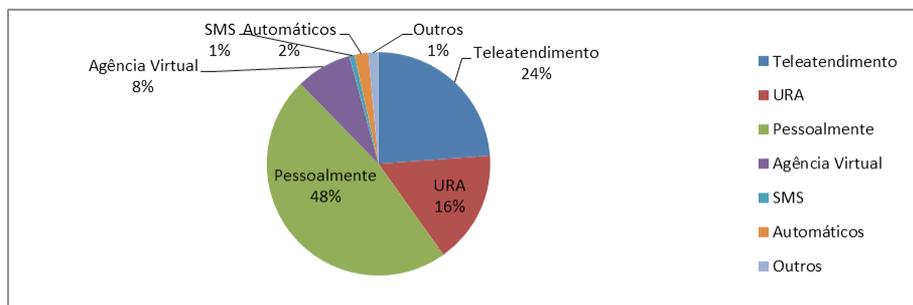


Figura 2 - Registro de protocolos conforme canal de comunicação
Realizamos no período campanhas de divulgação sobre o uso consciente da energia elétrica, com o objetivo de esclarecer o consumidor sobre o custo do uso de diferentes equipamentos. Continuamos também de forma extensiva com as campanhas

educativas sobre prevenção de acidentes com cães e prevenção de acidentes envolvendo eletricidade.

Agentes Arrecadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouidoria

A Ouidoria da CoceL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – Aneel.

No ano de 2014, a Ouidoria atendeu a 107 reclamações de seus consumidores, sendo que 11% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 34% foram registradas junto à Aneel e 5% no Procom.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 935 novas ligações, das quais 804 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2015, 48.406 consumidores contra os 47.471 consumidores de 2014, o que representa um crescimento de 2,0%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um crescimento de 84,1%, passando de R\$ 112.270 mil em 2014 para R\$ 206.650 mil em 2015.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2015, totalizou 311.827 MWh um crescimento de 2,0%, comparando com a energia faturada no ano de 2014, que totalizou 305.823 MWh.

A classe industrial composta por 511 consumidores representa 1,1% do total de consumidores, 45,6% do mercado de energia em kWh, e 43,4% do faturamento bruto.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2015, R\$ 451,28/MWh, representando um crescimento de 75,0% em relação a dezembro de 2014.

A relação consumidor-empregados passou de 405 para 417 consumidores para cada empregado em 2015.

A energia requerida ao longo do exercício de 2015 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 1,18%, passando de 323.052 MWh em 2014 para 326.866 MWh em 2015.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 4,6%.

Novas Ligações de Consumidores

Classe	2014	2014	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	42.762	41.958	1,9	88,3
Industrial	511	550	(7,1)	1,1
Comercial	3.097	3.007	3,0	6,4
Rural	1.745	1.666	4,7	3,6
Poder Público	212	212	-	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	76	75	1,3	0,2
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	48.406	47.471	2,0	100,0

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

Classe	2015	2014	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	79.741	81.757	(2,5)	25,6
Industrial	142.238	142.240	0,0	45,6
Comercial	57.941	50.547	14,6	18,6
Rural	7.212	7.223	(0,2)	2,3
Poder Público	4.249	4.506	(5,7)	1,4
Iluminação Pública	13.404	13.143	2,0	4,3
Serviço Público	6.930	6.292	10,1	2,2
Consumo Próprio	112	115	(2,6)	-
TOTAL	311.827	305.823	2,0	100,00

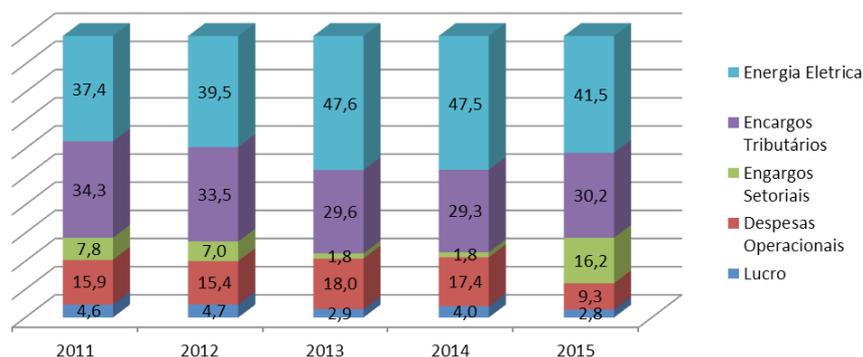
Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

Classe	2015	2014	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	60.528	36.477	65,9	29,3
Industrial	89.601	47.669	88,0	43,4
Comercial	40.075	19.544	105,1	19,4
Rural	3.074	1.380	122,8	1,5
Poder Público	3.228	1.963	64,40	1,6
Iluminação Pública	5.874	3.250	80,7	2,8
Serviço Público	4.270	1.987	114,9	2,1
TOTAL	206.650	112.270	84,1	100,00

Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total.

É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a Parcela "A" que são os custos não gerenciáveis como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a Parcela "B" - custos gerenciáveis que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela "B" utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.



Tarifa média

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2015	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2014
Residencial	503,82	301,86
Industrial	436,72	238,94
Comercial	468,20	276,43
Rural	332,41	183,64
Poder Público	511,42	295,86
Iluminação Pública	287,80	165,98
Serviço Público	410,07	213,44
Consumo Próprio	282,80	288,73
Tarifa Média	451,28	257,85

INADIMPLÊNCIA

Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da INADIMPLÊNCIA consumida.

Classes	A vencer	Saldos em 31/12/2015				Total
		Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	
Residencial	2.878.899	2.215.146	418.152	91.710	62.384	6.103.719
Industrial	5.591.711	1.152.879	422.513	35.461	6.969	7.384.929
Comercial	2.756.145	878.361	874.490	37.374	33.517	4.790.144
Rural	132.498	61.191	8.740	246	6	203.114
Poder público	334.358	189.147	82.128	17.622	38	685.129
Iluminação Pública	597.959	-	-	-	-	597.959
Serviço Público	591.877	13.012	26	-	-	604.915
Soma	12.623.445	4.509.736	1.806.049	182.413	102.914	885.345.20

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as

receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Repositionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011 – 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a CoceL.

A partir do mês de fevereiro, a CoceL ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC. Foi fixado o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à CoceL a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da CoceL, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da CoceL, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da CoceL, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quatro por cento) relativos aos componentes financeiros.

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2014 no Conjunto Campo Largo foi de 9,09 e 6,72 e no Conjunto DCL foi de 11,92 e 8,81 respectivamente.

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizado no exercício 2015 no Conjunto Campo Largo foi de 7,71 e 5,57 e no Conjunto DCL foi de 10,74 e 8,42 respectivamente.

Investimentos

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2015 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T. (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst. (kVA)	Qtd de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	2.962	2.976	128	19	1.795	78	348
Reforço Urbano	1.193	4.918	54	27	1.103	35	368
Melhoria Urbana	6.510	3.381	409	64	1.136	173	1.249
Reforço Rural	2.224	5.547	145	47	530	54	470
Melhoria Rural	-	559	4	2	60	2	23
Subestação	3.266	8.135	157	42	275	70	436
Medidores Urbano/R. Aéreo	-	-	-	-	-	-	2.266
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	1.096
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	470
TOTAL	16.155	25.516	897	201	3.899	412	6.726

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	Posição atual	
	2015	2014
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	794	778
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.708	1.682
Postes - Unidade	34.946	34.049
Transformadores - Unidades	5.117	4.911
Potência instalada em Transformadores (KVA)	234.511	230.612
Consumidores	48.406	47.471

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA "LUZ PARA TODOS"

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do "Programa Luz para Todos"

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores.

Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345

Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	4.238
Postes	563
Transformadores	9.142
Potência instalada (KVA)	

Programa "Luz Fraterna"

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão do "Bolsa Família" cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do "Bolsa Família" com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2015	2014
Nº de residências atendidas	1.275	1.619
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	2,64%	3,85%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,180%	0,94%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Tarifa de Baixa Renda

Tarifa de Baixa Renda	2015	2014
Nº de residências atendidas	2.340	3.109
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	4,84%	7,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	642	920
Total da receita de faturamento da classe de consumo "Baixa Renda" em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,307%	3,52%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	642	549

Projetos de Eficiência Energética

A Cocel realiza em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o "PEE" – Programa de Eficiência Energética. O projeto realizado durante o ano de 2015 iniciou no ano anterior, com a realização de ações voltadas à racionalização do consumo de energia – que pode ser conseguida através de mudança de hábitos ou troca de equipamentos por modelos mais eficientes.

Após realizar vistoria técnica em todas as residências cadastradas com Tarifa Social foram selecionadas as 325 famílias que tinham as geladeiras em pior estado, que desperdiçavam mais energia. A renda per capita dos membros da maioria das famílias beneficiadas é inferior a meio salário mínimo, e todas fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A troca das geladeiras antigas por modelos novos e eficientes para estas 325 famílias foi realizada sem nenhum custo para os consumidores. Além de reduzir o desperdício também é a oportunidade de reduzir o valor da tarifa de energia – as famílias com Tarifa Social tem a tarifa zerada se o consumo for inferior a 120 kWh (quilowatt-hora) por mês.

Além das geladeiras, 7.826 lâmpadas econômicas foram entregues às famílias de baixa renda. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada. Cerca de 1200 MWh (megawatt-hora) devem ser economizados em um ano com estas ações.

Uma equipe contratada pela Cocel visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL, que também fiscaliza o projeto) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo. A substituição das geladeiras começou em novembro de 2015 e foi finalizada em fevereiro de 2016.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Campanhas educativas também fizeram parte do PEE em 2015. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento. As campanhas foram divulgadas nos jornais e rádios locais e também na internet.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

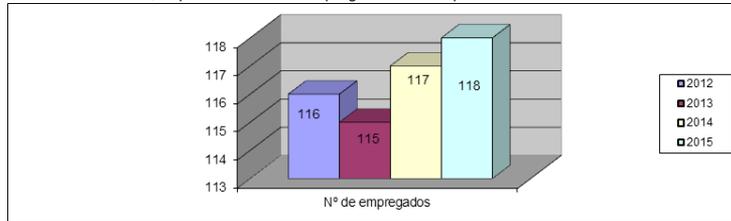
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2015, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 4.183 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 118 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.160 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Ceneccista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 07 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate à Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 45 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 40 mil em bolsa de estudos visando formação técnica

e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e Não faturada em 2015, totalizou R\$ 208.483.507 contra R\$ 112.880.607 em 2014, representando um acréscimo de 84,69% comparando um ano para outro. Este acréscimo foi em função do reajuste médio ocorrido em Junho/2015 de 55,18%.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções da CDE, Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsídio da classe Baixa Renda, que somaram em 2015, R\$ 7.172.338. As demais receitas totalizaram 3.093.456.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

- Receita de construção: estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A contabilização é efetuada nas Receitas e como Custos relativos ao serviço de construção ou melhorias na infraestrutura. A margem de construção sinaliza no resultado valor "zero".

Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2015	2014	2013
Residencial	60.527.696	36.476.977	31.065.336
Industrial	89.601.006	47.669.116	41.406.026
Comercial	40.074.938	19.543.659	14.964.476
Rural	3.073.904	1.380.301	1.114.021
Poder Público	3.228.361	1.963.139	1.665.970
Iluminação pública	5.873.538	3.249.893	2.736.384
Serviço Público	4.270.197	1.986.979	1.512.377
TOTAL	206.649.639	112.270.064	94.464.652

Energia Não faturada

TOTAL	Energia não faturada (R\$)		
	2015	2014	2013
	1.675.337	575.267	(248.402)

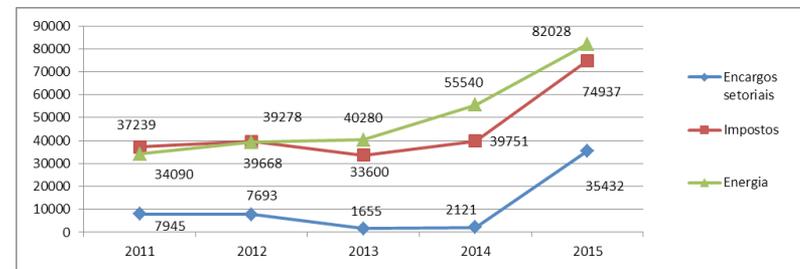


Deduções da Receita

	2015	2014	2013
Encargos do Consumidor	-	8.095	67.288
RGR – Conta de Reserva Legal	-	-	172.247
CC – Conta de consumo de Combustível	-	-	1.723.477
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	15.974.886	1.251.829	814.051
Programa de Eficiência Energética	488.304	375.363	299.873
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	488.304	375.363	308.059
Bandeiras Tarifárias	14.242.776	-	-
Contas ACR – CDE	4.124.278	-	-
Taxa de Fiscalização	113.595	109.957	-
TOTAL	35.432.143	2.120.607	1.655.678
Impostos e Contribuições	-	-	-
ICMS	54.715.567	28.903.922	24.623.935
Colins	16.614.112	8.912.672	7.374.655
Pis/Pasep	3.607.011	1.934.447	1.801.076
TOTAL	74.936.690	39.751.041	33.599.666
TOTAL DAS DEDUÇÕES	110.368.833	41.871.648	35.255.344

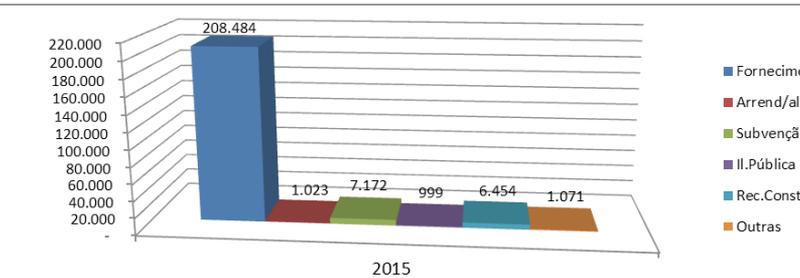
Custo do Serviço de Energia Elétrica

	2015	2014	2013
Custo com Energia Elétrica	-	-	-
Compra de Energia para Revenda	83.713.582	55.718.524	41.023.805
Encargos do Uso do Sistema	6.998.358	4.437.696	3.749.440
Proleta	1.942.756	1.935.721	1.903.143
Bolsa Financeira – Resol. 243/06	953.313	902.805	1.011.622
Conta de Compens. Var. Parc. A – CVA	(2.921.413)	(1.628.088)	-
Credito de Colins/Pis/Pasep	(6.658.744)	(6.827.014)	(4.412.537)
TOTAL	82.027.855	55.539.664	40.279.368



Custos Operacionais – Gerenciáveis

	2015	2014	2013
Despesas Gerais	-	-	-
Pessoa	12.388.889	11.905.952	10.970.675
Material	1.808.809	1.205.165	983.166
Serviço de Terceiros	3.313.102	3.590.232	3.283.189
Taxa de Fiscalização	-	109.957	132.936
Arrendamento e alugueis	176.613	109.534	106.124
Seguros	114.607	106.415	88.020
Doações, Contribuições e Subvenções	17.500	195.524	89.192
Custo serv. prest. a terceiros-Lig Legal	62.510	176.244	82.609
Depreciação	2.148.803	2.265.839	2.117.102
Custo com construção	6.454.198	5.108.423	5.561.691
Outras despesas operacionais	715.934	657.897	440.897
TOTAL	27.199.707	25.392.292	23.767.530

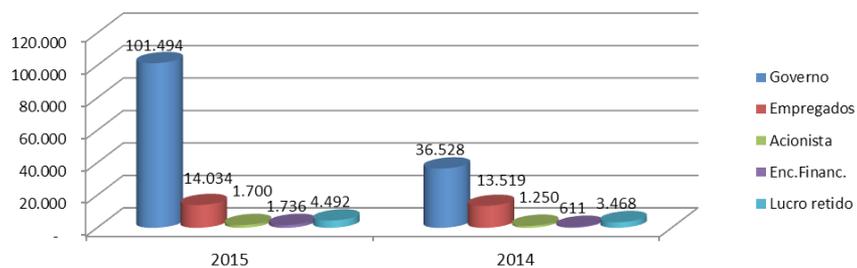


Resultado Financeiro

	2015	2014	2013
Receitas (Despesas) Financeiras	-	-	-
Renda de aplicações financeiras	215.098	184.897	244.953

Varição Monet. e Acréc. Moratórios – Energia Vendida	2.859.917	1.265.710	989.889
Outras Receitas Financeiras	229.224	148.610	212.052
Juros s/Capital próprio	(1.700.000)	(1.250.000)	(1.250.000)
Outras Despesas Financeiras	(1.735.518)	(610.599)	(528.274)
TOTAL	(131.279)	(261.382)	(331.380)

Valor Adicionado Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)



LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 8,8 milhões e margem de 7,7% em 2015, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2015	2014	2013
Lucro líquido do período	6.192	4.703	2.943
Provisão para IRPJ/CSLL	593	567	487
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(132)	(262)	(331)
Lajir/Ebit	6.653	5.008	3.099
Depreciação e Amortização	2.149	2.266	2.117
Lajida/Ebitda	8.802	7.274	5.219
Receita Operacional Líquida	114.834	86.198	67.458
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	7,7%	8,4%	7,7%

Índice/coeficiente	Fórmula	2015	2014	2013
Liquidez imediata	Disponível / Passivo Circulante	R\$ 0,17	R\$ 0,12	R\$ 0,24
Liquidez corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	R\$ 1,16	R\$ 1,10	R\$ 1,09
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P. / Passivo Circ. + Exigível L.P.	R\$ 1,09	R\$ 1,07	R\$ 1,04
Endividamento Total	Exigibilidades totais / Ativo total	R\$ 0,44	R\$ 0,33	R\$ 0,24
Retorno do Capital	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	12,5%	10,2%	7,1%
Razão Operacional	Despesa Operacional / Receita Líquida	0,95	0,92	0,94
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente / Ativo total	0,52	0,65	0,75
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal / Receita Líquida	10,80%	13,81%	16,26%
Energia Comprada/Rec. Líquida	Custo Energia / Receita Líquida	71,43%	64,43%	59,71%
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 6.004.073	R\$ 2.003.323	R\$ 1.246.964
Lucro Líquido	-	R\$ 6.192.287	R\$ 4.703.287	R\$ 2.943.859
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 8.341.090	R\$ 7.963.984	R\$ 5.911.212

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2015 – Valor (R\$ mil)			2014 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	114.834			80.690		
Lucro Operacional	6.192			4.703		
Folha de Pagamento Bruta	12.389			11.906		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.160	9,3%	1,0%	1.065	8,9%	1,3%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.870	23,2%	2,5%	2.693	22,6%	3,3%
Previdência privada	31	0,2%	0,0%	29	0,2%	0,0%
Saúde	610	4,9%	0,5%	623	5,2%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	96	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Educação	83	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv. Profissional	19	0,2%	0,0%	23	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	593	4,8%	0,52%	495	4,2%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.462	44,2%	4,7%	5.110	42,9%	6,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa "Luz Para Todos"	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	101.494		88,4%	36.519		45,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	106.956		93,1%	41.629		51,6%

4) Indicadores do Corpo Funcional	2015	2014
N.º de empregados ao final do exercício	118	117
N.º de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	43	42
2º Grau	52	52
1º Grau	23	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	19
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	50
Acima de 45 anos	51	48
Admissões durante o período	4	11
Demissões durante o período	3	9
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	5	8
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração	2015	2014
N.º total de acidentes de trabalho	3	8
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	(X) Pela Direção
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	(X) Pela Direção
A previdência privada contempla	(X) Pela Direção	(X) Pela Direção
A Participação nos lucros ou resultados contempla	(X) Pela Direção	(X) Pela Direção
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	Não são considerados	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	Não se envolve	(X) Apoiar

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2015.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2015.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ATIVO	2015	2014
CIRCULANTE		reclassificado
Número disponível	3.273	2.075
Aplicações no mercado aberto	2.851	286
Consumidores, Concessionários e Permissionários	24.660	12.878
Serviços em curso	895	392
Tributos compensáveis	224	307
Almoxarifado operacional	1.308	967
Despesas pagas antecipadamente	26	83
Ativos regulatórios	7.194	1.878
Outros ativos circulantes	2.183	2.890
NÃO CIRCULANTE	42.614	21.756
Tributos compensáveis	315	275
Depósitos judiciais e cauções	-	228
Investimentos temporários	195	195
Ativos financeiros setoriais	3.675	4.204
Outros ativos não circulantes	540	42.636
Investimentos	4.725	47.538
Intangível em serviço	287	287
Intangível em curso	46.515	1.468
	4.613	4.232
	51.415	5.987
	56.140	53.525
TOTAL DO ATIVO	98.754	75.281

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE		reclassificado
Fornecedores	11.530	7.953
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.004	298
Obrigações sociais e trabalhistas	1.985	1.532
Tributos	4.299	3.679
Provisão para litígios	27	200
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.701	996
Encargos setoriais	7.203	4.005
Passivos regulatórios	7.151	-
Outros passivos circulantes	710	1.104
NÃO CIRCULANTE	36.610	19.767
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.584	962
Passivos financeiros setoriais	3.675	4.204
Obrigações Especiais	5.452	5.407
	12.711	10.573
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	38.000	37.000
Reservas de Capital	11.433	7.941
	49.433	44.941
TOTAL DO PASSIVO	98.754	75.281

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Receita Operacional		reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	208.484	112.881
Outras Receitas	10.265	10.081
Receita de Construção	6.454	5.108
Deduções da Receita Operacional	225.203	128.070
ICMS	(54.716)	(28.904)
COFINS / PASEP	(20.221)	(10.847)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	-	(8)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(15.975)	(1.252)
CDE - Conta ACR	(4.124)	-
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(113)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(977)	(751)
Bandeiras Tarifárias	(14.243)	-
	(110.369)	(41.872)
Receita Operacional Líquida	114.834	86.198
Custos Não Gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(75.680)	(51.513)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(6.348)	(4.027)
	(82.028)	(55.540)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	32.806	30.658
Custos Gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(12.389)	(11.906)
Material	(1.807)	(1.276)
Serviços de Terceiros	(3.313)	(3.590)
Depreciação e Amortização	(2.149)	(2.266)
Custo com Construção	(6.454)	(5.108)
Outras Despesas Operacionais	(1.087)	(1.246)
	(27.199)	(25.392)
Resultado da Atividade	5.607	5.266
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(3.436)	(1.861)
Receitas Financeiras	3.304	1.599
	(132)	(262)
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	5.475	5.004
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(390)	(984)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	5.085	4.020
Participações nos Lucros	(593)	(567)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.700	1.250
Lucro Líquido do Exercício	6.192	4.703
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	12,37	9,41

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Atividades Operacionais		reclassificado
Lucro Líquido do Exercício		4.703
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	94	(7)
Depreciação e Amortização de Investimentos	3.001	2.976
Baixas do Imobilizado em Serviço	394	1.564
Provisões no Passivo Circulante	(173)	106
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.508	9.342
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(11.876)	(3.545)
Serviços em Curso	(503)	(322)
Tributos compensáveis	84	165
Almoxarifado operacional	(341)	108
Ativos regulatórios – Parcela A – CVA	(5.316)	(1.878)
Despesas pagas antecipadamente	(X)	(7)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	421	(2.044)
Outros ativos circulantes	285	(174)
	(17.189)	(7.697)

Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	3.577	2.460
Obrigações sociais e trabalhistas	453	142
Tributos e Contribuições Sociais	620	783
Dividendos declarados e juros s/ Capital próprio	705	985
Encargos setoriais	3.198	920
Passivos regulatórios – Parcela A – CVA	7.151	-
Outras passivos circulantes	(393)	637
	15.311	5.927
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições compensáveis	(40)	32
Depósitos judiciais e cauções	228	(189)
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	529	(4.204)
	717	(4.361)
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(529)	4.204
	(529)	4.204
Total das Atividades Operacionais		
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	7.818	7.415
Contribuições do Consumidor	(6.726)	(5.385)
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	333	(1.136)
Participações Societárias	(288)	(278)
	-	2
	(6.681)	(6.797)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.000	-
Amortização de Empréstimos	(715)	(298)
Juros sobre Financiamentos	42	-
Juros sobre o Capital Próprio	(1.700)	(1.250)
	2.627	(1.548)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	2.360	3.290
Saldo Final do Caixa	6.124	2.360
	3.764	(930)

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014		
	2015	2014
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	208.484	112.881
Outras Receitas de Serviços	10.265	4.463
Receita de Construção de redes	6.454	5.108
	225.203	122.452
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(90.686)	(55.749)
Materiais	(1.900)	(1.327)
Serviços de Terceiros	(2.353)	(2.626)
Custos de Construção de Redes	(6.454)	(5.108)
Outros Custos Operacionais	(945)	(1.167)
	(102.338)	(65.977)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica - Aneel.

A Coel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1999, prorrogando a vigência até 07.07.2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09.11.2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02.06.2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

- Reajuste Tarifário Anual;
- Revisão Tarifária Extraordinária;
- Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela terceira revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2012, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xc que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;
- Xd que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;
- Xe que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados "custos não gerenciáveis" pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicada no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos "custos gerenciáveis". São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros e outros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1. Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, as demonstrações referente ao exercício de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificadas. Os saldos contábeis ajustados que afetaram o balanço patrimonial e resultado dessa reclassificação estão descritos abaixo:

As adequações foram efetuadas no Demonstrativo de Resultados:

- 1) Reclassificação do valor da Subvenção da CDE para Outras Receitas de acordo com o que determina o novo Manual de Contabilidade vigente a partir de janeiro de 2015. Em 31/12/2014 o valor foi contabilizado deduzindo das contas contábeis da compra de energia elétrica.
- 2) Reclassificação da TFSEE – taxa de fiscalização para o grupo de Deduções da Receita Operacional. Em 31/12/2014 a contabilização foi efetuada no grupo de contas de outras despesas (Despesas operacionais).

	Saldo originalmente apresentado	(+/-) Ajuste	Saldo ajustado
Receita Operacional			
Outras Receitas	4.463	5.618	10.081

	Saldo originalmente apresentado	(+/-) Ajuste	Saldo ajustado
Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Energia Elétrica comprada para revenda	45.895	5.618	51.513

	Saldo originalmente apresentado	(+/-) Ajuste	Saldo ajustado
Deduções da Receita Operacional			
TFSEE – taxa de fiscalização	-	113	113

	Saldo originalmente apresentado	(+/-) Ajuste	Saldo ajustado
Despesas operacionais			
Outras - TFSEE – taxa de fiscalização	113	113	-

	2015	2014
2. Valor Adicionado Bruto	122.865	56.475
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.713)	(2.698)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	120.152	53.777
Receitas Financeiras Líquidas	3.304	1.599
4. Valor Adicionado a Distribuir	123.456	55.376
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	13.441	12.976
Governo: Impostos e Contribuições	101.494	36.519
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	1.736	611
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.700	1.250
Lucros Retidos	4.492	3.453
Participação nos Lucros	593	567
Total	123.456	55.376

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000	1.936	3.551	-	41.487
Aumento do Capital Social Conforme 112ª AGE e 47ª AGO de 16/04/2014	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Reservas Acumuladas	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.703	4.703
Destinação do Lucro proposta a AGO	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	235	-	(235)	-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	3.218	(3.218)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	37.000	2.171	5.769	-	44.940
Aumento do Capital Social Conforme 115ª AGE e 48ª AGO de 30/04/2015	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Reservas Acumuladas	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	6.192	6.192
Destinação do Lucro proposta a AGO	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	309	-	(309)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	4.183	(4.183)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	38.000	2.480	8.952	-	49.432

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2015	2014
Caixa		
Contas Bancárias a Vista	2.823 ⁴	1.705 ²
Numerários em Trânsito	446	368
	7	737
Total	3.273	2.075

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.851 mil (R\$ 286 em 2013), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissoários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2015	2014
Fornecimento faturado	19.671	10.080
Fornecimento não faturado	4.928	3.252
Outras cobranças de consumidores	1.063	454
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.002)	(908)
Total	24.660	12.878

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Classes	2015	2014
Residencial	463	478
Industrial	155	159
Comercial	207	214
Rural	-	-
Poder Público	55	-
Outras cobranças de consumidores	118	57
Total	1.002	908

O fornecimento faturado de energia e outras cobranças na faturas, apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vindencios	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		Total	Consolidado
			2015	2014		
Consumidores						
Residencial	2.879	2.633	592	6.104	3.161	
Industrial	5.592	1.575	218	7.385	3.741	
Comercial	2.756	1.753	281	4.790	1.788	
Rural	132	70	1	203	73	
Poder Público	334	271	80	685	583	
Iluminação Pública	558	-	-	558	300	
Serviço Público	372	13	-	385	202	
Governo do Paraná – Luz Fraterna	36	106	444	586	232	
Total	12.659	6.421	1.616	20.696	10.080	

4.4. Serviços em Curso

São registrados os valores aplicados nos Programas em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética direcionados ao consumidor de Baixa Renda. Valor aplicado até dezembro de 2015 foi de R\$ 895 mil.

4.5. Tributos compensáveis

	2015	2014
Imcs a compensar Curto Prazo	219	296
Cofins/Pis/Pasep retido do Poder Público	-	11
Provisões s/aplicações financeiras	5	-
Total	224	307

4.6. Almoxarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.308 mil, (R\$ 967 em 31 de dezembro de 2014), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 26 mil.

4.8. Ativos Regulatórios

Representado pelos valores das Contas de Compensação da Parcela "A" – CVA, convertidos em componentes financeiros a partir de reajustes posteriores. A CVA é recorrente da diferença das parcelas de compra de energia, encargos setoriais como o Proinfla, a CDE – conta de desenvolvimento energético e da Neutralidade da Parcela "A", reconhecidas no reajuste tarifário e efetivamente pagos mensalmente.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, a Coel aplicou a OCPC 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda – CVA Energ	5.397	1.653
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfra	60	26
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.493	163
Neutralidade Parcela "A"	244	36
Total	7.194	1.878

4.9. Outros Ativos Circulantes

	2015	2014
Créditos a receber – empregados	182	162
Títulos de créditos a receber	166	156
Serviços prestados a terceiros	43	42
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Repasse CDE	1.124	1.498
- Subvenção s/Desc. Tarifa Serviço Público e Rural	499	546
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	115	151
Outros ativos a receber	54	335
Total	2.183	2.890

Repasso CDE

A CDE, tem entre suas finalidades prover recursos para subsidiar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição.

O valor a ser repassado à Coce Distribuição foi homologado pela Aneel, pela Resolução nº 1.764/2014 e alterado pelas resoluções nº 1.858, de 27.02.2015 e nº 1.898 de 16.06.2015.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.10. Títulos compensáveis

	2015	2014
Icms a recuperar	315	275
Total	315	275

4.11. Depósitos judiciais e cauções

	2015	2014
Depósitos judiciais trabalhistas	-	228
Total	-	228

4.12. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.13. Ativos Financeiros Setoriais

A Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, alterou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica – TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional o que resultou em diferenças a serem repassadas as supridoras de energia pelas concessionárias. O saldo contábil registrado nas contas 1211.2.99 do ativo e na conta 2211.2.99 do passivo demonstram o valor a ser repassado nos exercícios posteriores à Copel.

	2015	2014
Ativo financeiro – Resolução nº 243/2006	3.675	4.204
Total	3.675	4.204

4.14. Outros ativos não circulantes

Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Apesar de longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCP 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

O saldo registrado em 31/12/2014 representa valor indenizável de acordo com o contrato de concessão nº 27/99 assinado em 30/03/1999 com vencimento em 07/07/2015.

O saldo registrado em 31/12/2015, tem seu valor reduzido em função da renovação do contrato de concessão assinado em dezembro/2015 e prorrogado por mais 30 anos.

	2015	2014
Ativo financeiro	540	42.636
Total	540	42.636

4.16. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2015	2014
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(50)	(50)
Outros Investimentos	281	281
Total	287	287

4.17. Intangível

	2015		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	161	(1)	160
Terrenos	279	(279)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	53	-	53
Máquinas e Equipamentos	46.453	(260)	46.193
Veículos	13	-	13
Móveis e Utensílios	97	-	97
Total	47.056	(540)	46.516
Imobilizado em Curso	4.612	-	4.612
Total	51.668	(540)	51.128

	2014		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	274	(194)	80
Terrenos	279	(279)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	61	(57)	4
Máquinas e Equipamentos	43.373	(41.997)	1.376
Veículos	16	(15)	1
Móveis e Utensílios	100	(93)	7
Total	44.103	(42.635)	1.468
Imobilizado em Curso	4.232	-	4.232
Total	48.335	(42.635)	5.700

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.18. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro – UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.19. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.19. Fornecedores

	2015	2014
Energia Comprada p/ Revenda	10.815	7.496
Materiais, Serviços e Outros	715	457
Total	11.530	7.953

4.20. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

Eletrobrás	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ECF 063/2004	35	-	38	35
ECF 116/2005	98	98	98	195
ECF 182/2007	60	161	60	221
ECF 212/2008	102	408	102	511
Total	295	667	298	962

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

Caixa Econômica Federal	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	1.709	2.917	-	-
Total	1.709	2.917	-	-

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

4.21. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2015	2014
Saldo de Salários a Pagar	1	1
Provisão de férias	1.187	777
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	168	149
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	36	35
Participações nos lucros	593	570
Total	1.985	1.532

4.22. Tributos

	2015	2014
Tributos Federais	1.212	619
Tributos Estaduais	2.799	2.478
Contribuições Sociais	286	582
Tributos retidos na fonte	2	-
Total	4.299	3.679

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade estão sujeitas as alíquotas de 7,6% e 1,65%

4.23. Provisão Para litígios

Descrição	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	186	-
Cíveis	27	-	14	-
Total	27	-	200	-

4.24. Encargos Setoriais

	2015	2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	34	30
Ministério das Minas e Energia – MME	17	15
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.742	1.385
Programa de Eficiência Energética	3.230	2.431
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.573	127
Taxa de Fiscalização	10	9
Conta ACR – Câmara de comercialização de Energia Elétrica	589	-
Demais encargos setoriais	8	8
Total	7.203	4.005

4.25. Passivos regulatórios

	2015	2014
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfra	13	-
Neutralidade Parcela "A"	47	-
Bandeiras tarifárias	5.470	-
Financeiro de reversão – RTE – Energ	520	-
Financeiro de reversão – RTE – CDE uso	1.053	-
Financeiro de reversão – RTE – CDE energia	3	-
Financeiro de reversão – RTE – Transporte	45	-
Total	7.151	-

4.26. Outros passivos circulantes

	2015	2014
Consumidores	53	248
Taxa de Iluminação Pública	412	656
Taxa do Lixo	151	124
Outros credores	94	76
Total	710	1.104

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

4.27. Empréstimos e Financiamentos

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", já mencionado seus saldos no item 4.20.

4.28. Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão

	2015	2014
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	118	118
- Participação financeira do consumidor	4.659	4.290
- Universalização Serv.Públ. Energia Elétrica	2.370	1.304
(-) Amortização Acumulada	(1.847)	(1.560)
Em Curso	152	1.255
Total	5.452	5.407

Refere-se a Contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e estão vinculados ao ativo imobilizado e à concessão.

A partir de 2008, a Companhia passou a registrar as quotas de reintegração de acordo com o Despacho Aneel nº 3073/2006.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.29. Capital Social

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	37.851	36.857
Demais Acionistas	149	143
Total	38.000	37.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

4.30. Reserva de Lucros

	2015	2014
Reserva de Lucros	11.433	7.941

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.31. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.700 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	6.192	4.703
(-) Reserva Legal	(310)	(235)
(-) Constituição da Reserva	(482)	(328)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.700)	(1.250)
Lucro ajustado	-	-

4.32. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:



Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	1.185
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	2.140
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	235
Subestação	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/12/2015 a 10/12/2016	6.686
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	19/06/2015 a 19/06/2016	Vlr.Mercado

4.33. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2015, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL

4.34. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento faturado						
Residencial	42.762	41.958	79.741	81.757	60.528	36.477
Industrial	511	550	142.238	142.240	89.601	47.669
Comercial	3.097	3.007	57.941	50.547	40.075	19.544
Rural	1.745	1.666	7.212	7.223	3.074	1.380
Poder Público	212	212	4.249	4.506	3.228	1.963
Iluminação Pública	1	1	13.404	13.143	5.874	3.250
Serviço Público	76	75	6.930	6.292	4.270	1.987
Consumo Próprio	2	2	112	115	-	-
Total Energia faturada	48.406	47.471	311.827	305.823	206.650	112.270
Não faturado	-	-	-	-	1.675	575
Receita de Construção	-	-	-	-	6.454	5.108
Outras Receitas	-	-	-	-	10.265	4.463
Neutralidade Parcela "A"	-	-	-	-	159	36
TOTAL	48.406	47.471	311.827	305.823	225.203	122.452

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada corresponde a energia entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base estimada e referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

4.35. Outras Receitas

	2015	2014
Renda Prestação de Serviços	135	142
Serviço Taxado	832	674
Arrendamento e Aluguéis	1.023	860
Subvenção Baixa Renda	642	552
Subvenção s/ descontos nas tarifas do Serviço Público	2.036	1.158
Subvenção CDE	4.494	5.818
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	999	917
Outros	104	160
Total	10.265	10.081

4.36. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com o CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.37. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2014, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 30 de abril de 2016.

PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY

MARCIA REGINA SABIM

ADILSON CHAVES

ELTON JOSÉ CASTAGNOLLI

SEBASTIÃO TORRES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, submetendo-as à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 30 de abril de 2016.

ALZIRO MAGATÃO

ANDREA ALVES DOS SANTOS

ALMIR CARLOS DE ANDRADE WILSEK

RODRIGO TABALDI

VICENTE FELTRIN

WILSON PAULART

ANTONIO ADRIANO TOALDO

JANE MARA SALIN

LAURINDO BARRICHELLO

JANETH ALVES DA SILVA

MARIA MARGARETH SAVIO

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

	2015	2014
Programa de Eficiência Energética	488	375
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	195	150
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	195	150
Ministério de Minas e Energia - MME	99	76
Total	977	751

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

4.38. Custos com aquisição de energia elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2015	2014	2015	2014
Copel – Compra de Energia	326.866	323.052	83.714	55.718
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	6.998	4.438
PROINFA	-	-	1.943	1.936
Bolha financeira – Resol.243/06	-	-	953	903
Conta Compensação Parc."A"-CVA	-	-	(2.921)	(1.628)
Crédito COFINS / PASEP	-	-	(8.659)	(5.827)
Total	326.866	323.052	82.028	55.540

4.39. Despesas Operacionais – Custos não gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2015 e 2014 são as seguintes:

Naturezas	2015	2014
Pessoal/Administradores	12.389	11.906
Material	1.807	1.276
Serviço de terceiros	3.313	3.590
Arrendamento e alugueis	174	110
Seguros	115	106
Doações, contribuições e subvenções.	17	196
Provisões	106	99
(-) Recuperação de despesas	(113)	(54)
Tributos	148	97
Depreciação/Amortização	2.149	2.266
Custo com construção	6.454	5.108
Gastos diversos	640	692
	27.199	25.392

5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2015, no valor de R\$ 593 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Cotel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

Emidio Pianaro Junior

Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro

Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski

Diretor Administrativo

Adriano Huber Junior

Diretor Jurídico

Marcus Preis

Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos

Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Continuação)

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

A Companhia mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, no Passivo Não Circulante, o valor de R\$ 5.452 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso relatório, datado de 27 de março de 2015, foi emitido contendo modificação de opinião quanto ao mesmo assunto descrito no parágrafo Base opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, deste relatório.

Maringá - PR, 01 de abril de 2016.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2



RELATÓRIO ANUAL
DAS
DEMONSTRAÇÕES
REGULATÓRIAS
2015

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº. 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Passamos por um período de grandes mudanças na legislação do setor elétrico, acompanhadas de crise na geração de energia, retração na economia e uma série de incertezas sobre o futuro do país. Um cenário preocupante para todos os brasileiros, que bravamente continuam lutando contra todas as adversidades. A Cotel também precisou se adequar a esta realidade e tomamos todas as medidas possíveis para reduzir custos sem interferir na qualidade do atendimento prestado. Além de visar garantir a saúde financeira da Companhia, tínhamos ainda a missão de obtermos a renovação da concessão para distribuição de energia em Campo Largo. Os esforços foram recompensados e em dezembro de 2015 renovamos o contrato de concessão por mais 30 anos - com orgulho de sermos uma concessionária que pertence aos campolarguenses e com ânimo renovado para proporcionarmos um serviço cada vez mais eficiente a todos os nossos consumidores.

Em 2015 a Companhia alcançou outro objetivo que há muito tempo buscava – adquiriu a subestação Distrito Industrial de Campo Largo da Copel, aumentando sua capacidade de fornecimento de energia no nível de tensão maior (138 KV), assim teve um acréscimo de 50% na compra de energia.

Além da compra da subestação, foram investidos R\$ 6,7 milhões em melhorias na rede de distribuição e de expansão da rede. Todos os bairros do município podem contar com energia e atendimento de qualidade.

Para garantir a qualidade no atendimento foram realizadas 1892 horas de treinamentos em 2015 e nossos procedimentos são constantemente aprimorados. Melhoramos a central de atendimento telefônico - com a automatização a capacidade de atendimento aumentou em oito vezes; nosso site é constantemente atualizado – oferecendo ao consumidor vários canais para solicitação de serviços, informações e até reclamações.

Para agilizar a execução de ordens de serviço os procedimentos de envio e conclusão foram automatizados, o despacho é feito diretamente para os tablets das equipes técnicas que estiverem mais próximas do consumidor. A emissão de faturas em toda a área urbana passou a ser realizada instantaneamente após a leitura, garantindo maior rapidez e eficiência no processo.

A busca pela eficiência energética também fez parte das atividades da Companhia em 2015. Dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior concluímos a substituição de oito mil lâmpadas e 325 geladeiras de consumidores de baixa renda. Os equipamentos antigos foram substituídos por modelos novos e econômicos, possibilitando a economia de 1.200 MWh (megawatt-hora) em um ano. Este projeto é realizado conforme as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que também fiscaliza.

Ressalto que a Companhia conta com colaboradores eficientes e dedicados e graças a este empenho completamos 47 anos de atividades, com outros 30 pela frente. Que sejam anos de sucesso e prosperidade para toda Campo Largo. Boa leitura!

Cordialmente,

Emídio Pianaro Junior.

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 46 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cotel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 38.000 (trinta e oito milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 122.443 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2014, e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores

O Setor de Atendimento contou em 2015 com onze colaboradores e uma estagiária divididos entre o atendimento personalizado, recepção da empresa e tele atendimento. Os meios disponibilizados para contato são os seguintes:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Tele atendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.

- “Fale conosco” / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.

- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

A instalação da central de tele atendimento automatizada no final de 2014 possibilitou que um número maior de consumidores pudesse ser atendido ao mesmo tempo, mesmo em períodos críticos – quando um grande número de consumidores fica sem energia. O site oficial foi totalmente reformulado, garantindo melhor navegabilidade e disponibilizando um maior número de informações de interesse dos consumidores. O site ainda possibilita que sejam atualizados os dados de telefone e e-mail das unidades consumidoras e facilita o contato por e-mail com a concessionária.

Em 2015 foram registrados 251.917 protocolos de atendimento – média de 21 mil registros por mês. Houve aumento de 47% nos protocolos registrados e de 175% na quantidade de serviços solicitados em relação ao ano anterior. Quase metade dos atendimentos (44%) é referente a serviços. O número de ligações recebidas via central de tele atendimento também subiu – foram 52.405 ligações recebidas no ano.

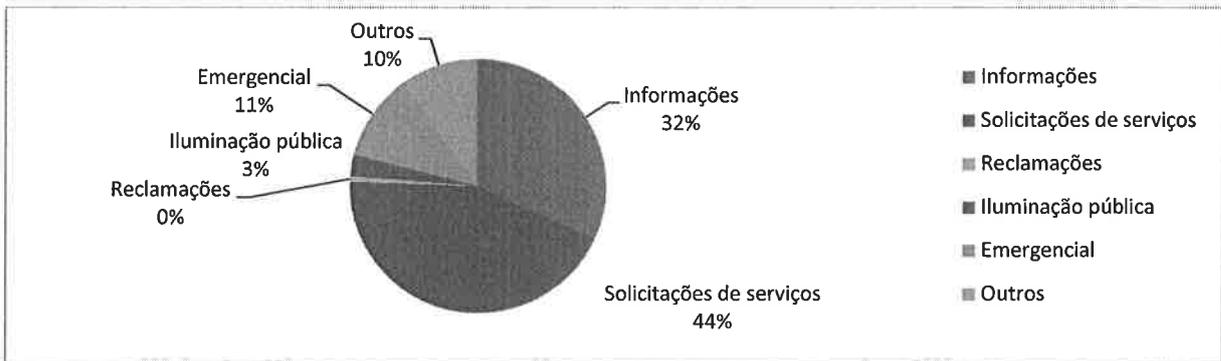


Figura 1 - Atendimentos por classificação

O atendimento personalizado ainda é o preferido pela maioria dos consumidores, mas os canais de comunicação alternativos (como Agência Virtual, sms e e-mail) aumentaram a participação.

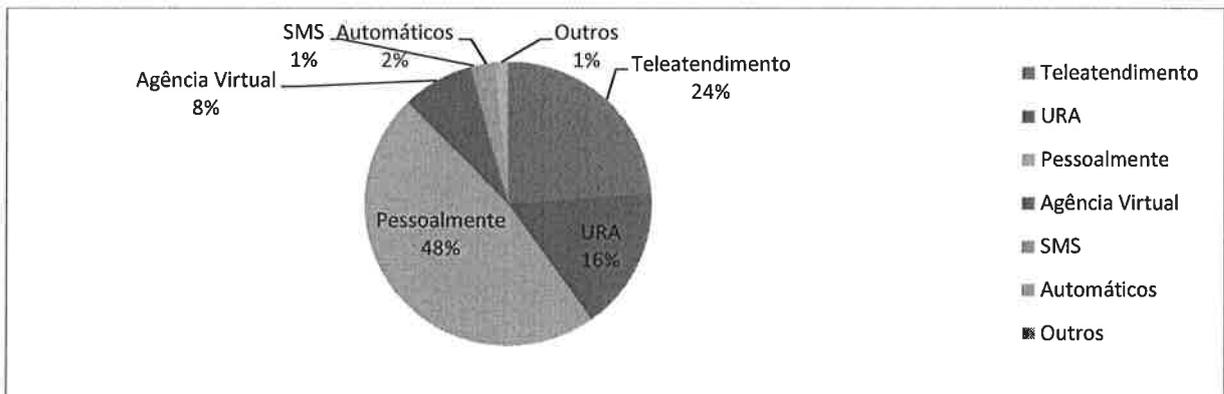


Figura 2 - Registro de protocolos conforme canal de comunicação

Realizamos no período campanhas de divulgação sobre o uso consciente da energia elétrica, com o objetivo de esclarecer o consumidor sobre o custo do uso de diferentes equipamentos. Continuamos também de forma extensiva com as campanhas educativas sobre prevenção de acidentes com cães e prevenção de acidentes envolvendo eletricidade.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocal é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – Aneel.

No ano de 2014, a Ouvidoria atendeu a 107 reclamações de seus consumidores, sendo que 11% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 34% foram registradas junto à Aneel e 5% no Procom.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 935 novas ligações, das quais 804 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2015, 48.406 consumidores contra os 47.471 consumidores de 2014, o que representa um crescimento de 2,0%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um crescimento de 84,1%, passando de R\$ 112.270 mil em 2014 para R\$ 206.650 mil em 2015.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2015, totalizou 311.827 MWh um crescimento de 2,0%, comparando com a energia faturada no ano de 2014, que totalizou 305.823 MWh.

A classe industrial composta por 511 consumidores representa 1,1% do total de consumidores, 45,6% do mercado de energia em kWh, e 43,4% do faturamento bruto.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2015, R\$ 451,28/MWh, representando um crescimento de 75,0% em relação a dezembro de 2014.

A relação consumidor-empregados passou de 405 para 417 consumidores para cada empregado em 2015.

A energia requerida ao longo do exercício de 2015 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 1,18%, passando de 323.052 MWh em 2014 para 326.866 MWh em 2015.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 4,56%.

Número de Consumidores

Classes	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	36.947	38.526	40.274	41.958	42.762
Industrial	536	506	549	550	511
Comercial	2.757	2.800	2.901	3.007	3.097
Rural	1.509	1.550	1.618	1.666	1.745
Poder Público	204	205	206	212	212
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	36	40	45	75	76
TOTAL	41.990	43.628	45.594	47.469	48.404
Varição	4,56	3,90	4,51	4,11	1,97

Energia Faturada (GWh)

Classes	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	67	73	78	82	80
Industrial	141	142	144	142	142
Comercial	33	39	45	51	58
Rural	6	7	7	7	7
Poder Público	4	5	4	5	4
Iluminação Pública	12	13	13	13	13
Serviço Público	5	5	6	6	7
TOTAL	268	283	297	306	312
Varição	3,19	5,31	5,05	3,00	1,96

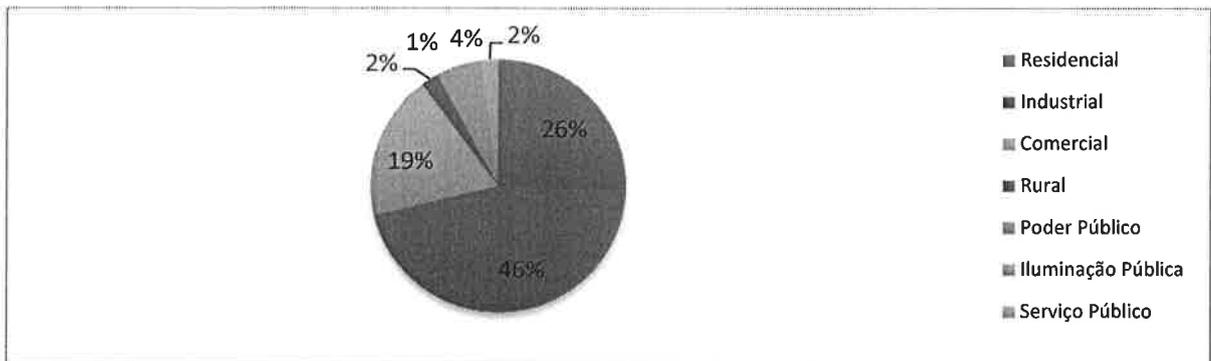
Energia Faturada (R\$ mil)

Classes	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	32.427	35.202	31.065	36.477	60.528
Industrial	45.414	47.963	41.407	47.669	89.601
Comercial	13.608	16.071	14.965	19.544	40.075
Rural	1.223	1.255	1.114	1.380	3.074
Poder Público	1.817	1.945	1.666	1.963	3.228
Iluminação Pública	2.837	3.094	2.736	3.250	5.874
Serviço Público	1.456	1.698	1.512	1.987	4.270
TOTAL	98.782	107.228	94.465	112.270	206.650
Varição	12,31	8,55	-11,90	18,85	84,07

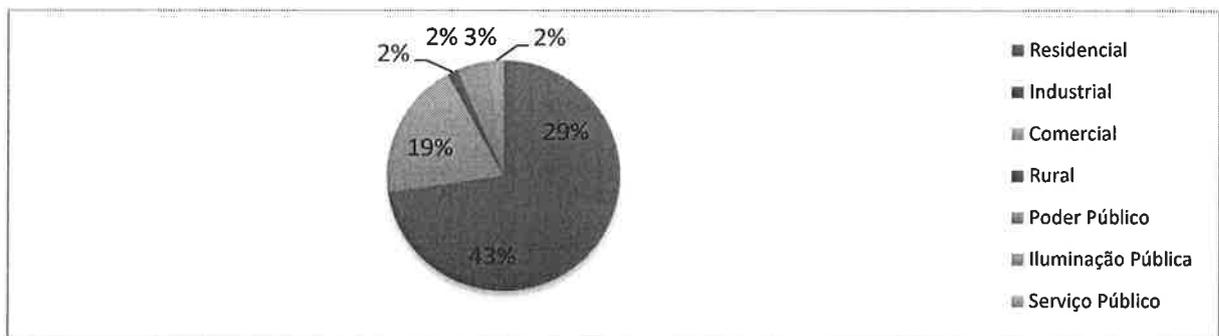
Balanço Energético

Classes	2011	2012	2013	2014	2015
G Venda de Energia	268	283	297	306	312
W Compra de Energia	283	300	304	323	327
h Perdas Totais	14,9	17,2	7,4	17,2	15,0
Perdas Técnicas-PT	10,4	12,0	5,2	12,1	10,5
Perdas Não Técnicas-PNT	4,5	5,2	2,2	5,2	4,5
% PT/Energia requerida	3,7%	4,0%	1,7%	3,7%	3,2%
% PNT/Energia requerida	1,6%	1,7%	0,7%	1,6%	1,4%
% Perdas Totais /Energia requerida	5,3%	5,7%	2,4%	5,3%	4,6%

Consumo por Classe de consumidor (GWh)

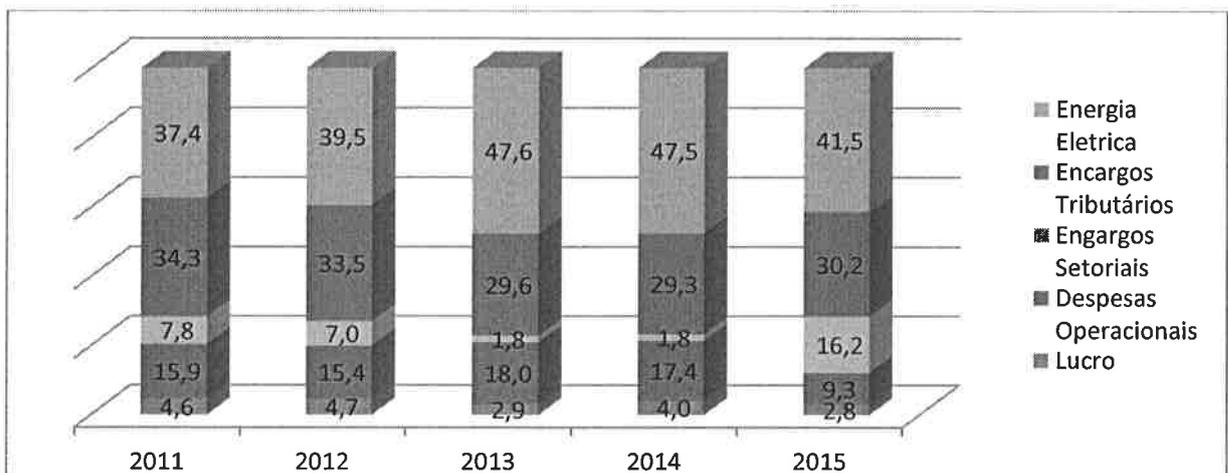


Consumo por Classe de consumidor (R\$)



Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total. É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a **Parcela "A" que são os custos não gerenciáveis** como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a **Parcela "B" - custos gerenciáveis** que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela "B" utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.



Tarifa média

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2015	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2014
Residencial	503,82	301,86
Industrial	436,72	238,94
Comercial	468,20	276,43
Rural	332,41	183,64
Poder Público	511,42	295,86
Iluminação Pública	287,80	165,88
Serviço Público	410,07	213,44
Consumo Próprio	282,80	288,73
Tarifa Média	451,28	257,85

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2014 no Conjunto Campo Largo foi de 9,09 e 6,72 e no Conjunto DCL foi de 11,92 e 8,81 respectivamente.

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizado no exercício 2015 no Conjunto Campo Largo foi de 7,71 e 5,57 e no Conjunto DCL foi de 10,74 e 8,42 respectivamente.

Investimentos

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2015 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	2.962	2.976	128	19	795	78	348
Reforço Urbano	1.193	4.918	54	27	1.103	35	368
Melhoria Urbana	6.510	3.381	409	64	1.136	173	1.249
Ampliação Rural	2.224	5.547	145	47	530	54	470
Reforço Rural	-	559	4	2	60	2	23
Melhoria Rural	3.266	8.135	157	42	275	70	436
Subestação	-	-	-	-	-	-	2.266
Medidores Urbano/R.Aéreo	-	-	-	-	-	-	1.096
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	470
TOTAL	16.155	25.516	897	201	3.899	412	6.726

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	2015	2014
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	794	778
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.708	1.682
Postes - Unidade	34.946	34.049
Transformadores - Unidades	5.112	4.911
Potência instalada em Transformadores (KVA)	234.511	230.612
Consumidores	48.406	47.471

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores. Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão do “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do “Bolsa Família” com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2015	2014
Nº de residências atendidas	1.275	1.619
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	2,64%	3,85%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,180%	0,94%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2015	2014
Nº de residências atendidas	2.340	3.109
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	4,84%	7,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	642	920
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,307%	3,52%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	642	549

Projetos de Eficiência Energética

A Cocel realiza em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o “PEE” – Programa de Eficiência Energética. O projeto realizado durante o ano de 2015 iniciou no ano anterior, com a realização de ações voltadas à racionalização do consumo de energia – que pode ser conseguida através de mudança de hábitos ou troca de equipamentos por modelos mais eficientes.

Após realizar vistoria técnica em todas as residências cadastradas com Tarifa Social foram selecionadas as 325 famílias que tinham as geladeiras em pior estado, que desperdiçavam mais energia. A renda per capita dos membros da maioria das famílias beneficiadas é inferior a meio salário mínimo, e todas fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A troca das geladeiras antigas por modelos novos e eficientes para estas 325 famílias foi realizada sem nenhum custo para os consumidores. Além de reduzir o desperdício também é a oportunidade de reduzir o valor da tarifa de energia – as famílias com Tarifa Social tem a tarifa zerada se o consumo for inferior a 120 kWh (quilowatt-hora) por mês.

Além das geladeiras, 7.826 lâmpadas econômicas foram entregues às famílias de baixa renda. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada. Cerca de 1200 MWh (megawatt-hora) devem ser economizados em um ano com estas ações.

Uma equipe contratada pela Cocel visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL, que também fiscaliza o projeto) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo. A substituição das geladeiras começou em novembro de 2015 e foi finalizada em fevereiro de 2016.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Campanhas educativas também fizeram parte do PEE em 2015. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento. As campanhas foram divulgadas nos jornais e rádios locais e também na internet.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

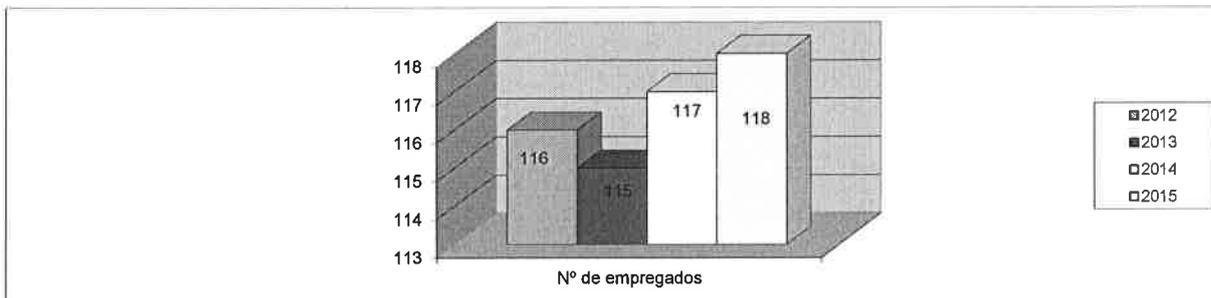
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou pôr pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2015, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 4.183 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 118 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.160 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenequista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **07** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 45 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 40 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

- A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e Não faturada em 2015, totalizou R\$ 208.483.507 contra R\$ 112.880.607 em 2014, representando um acréscimo de 84,69% comparando um ano para outro. Este acréscimo foi em função do reajuste médio ocorrido em Junho/2015 de 55,18%.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções da CDE, Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsídio da classe Baixa Renda, que somaram em 2015, R\$ 7.172.338. As demais receitas totalizaram 3.093.456.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

- Receita de construção: estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A contabilização é efetuada nas Receitas e como Custos relativos ao serviço de construção ou melhorias na infraestrutura. A margem de construção sinaliza no resultado valor “zero”.

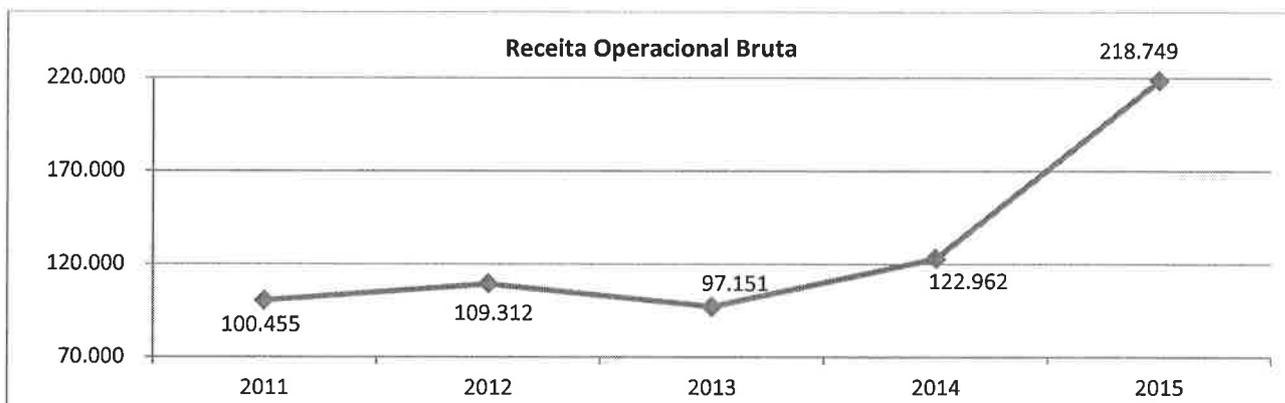
Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2015	2014	2013
Residencial	60.527.696	36.476.977	31.065.398
Industrial	89.601.005	47.669.116	41.406.026
Comercial	40.074.938	19.543.659	14.964.476
Rural	3.073.904	1.380.301	1.114.021

Poder Público	3.228.361	1.963.139	1.665.970
Iluminação pública	5.873.538	3.249.893	2.736.384
Serviço Público	4.270.197	1.986.979	1.512.377
TOTAL	206.649.639	112.270.064	94.464.652

Energia Não faturada

TOTAL	Energia não faturada (R\$)		
	2015	2014	2013
TOTAL	1.675.337	575.267	(248.402)

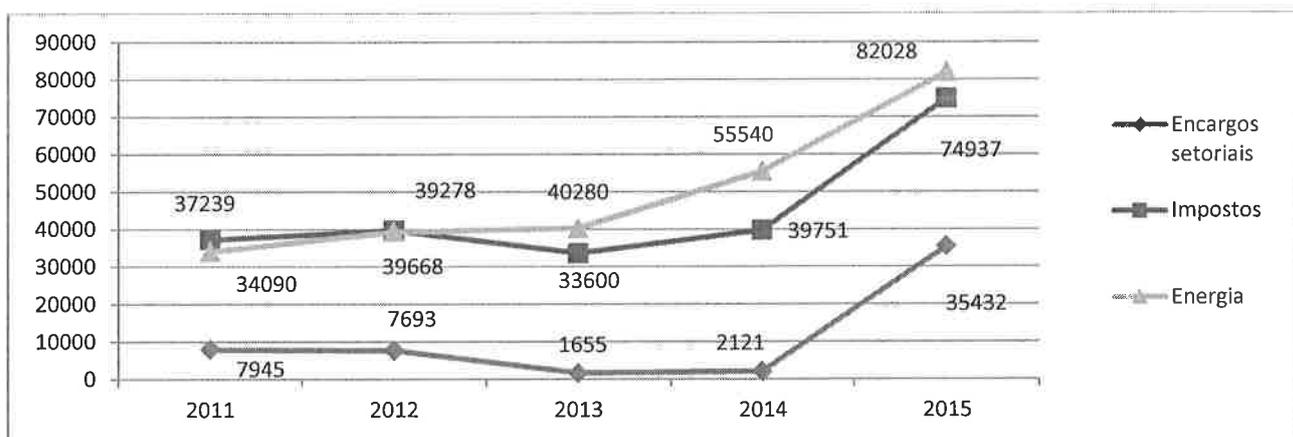


Deduções da Receita

	2015	2014	2013
Encargos do Consumidor			
RGR – Cota de Reserva Legal	-	8.095	61.288
CCC – Conta de consumo de Combustível	-	-	172.407
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	15.974.886	1.251.829	814.051
Programa de Eficiência Energética	488.304	375.363	299.873
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	488.304	375.363	308.059
Bandeiras tarifárias	14.242.776	-	-
Contas ACR – CCEE	4.124.278	-	-
Taxa de fiscalização	113.595	109.957	-
TOTAL	35.432.143	2.120.607	1.655.678
Impostos e Contribuições			
Icms	54.715.567	28.903.922	24.623.935
Cofins	16.614.112	8.912.672	7.374.655
Pis/Pasep	3.607.011	1.934.447	1.601.076
TOTAL	74.936.690	39.751.041	33.599.666
TOTAL DAS DEDUÇÕES	110.368.833	41.871.648	35.255.344

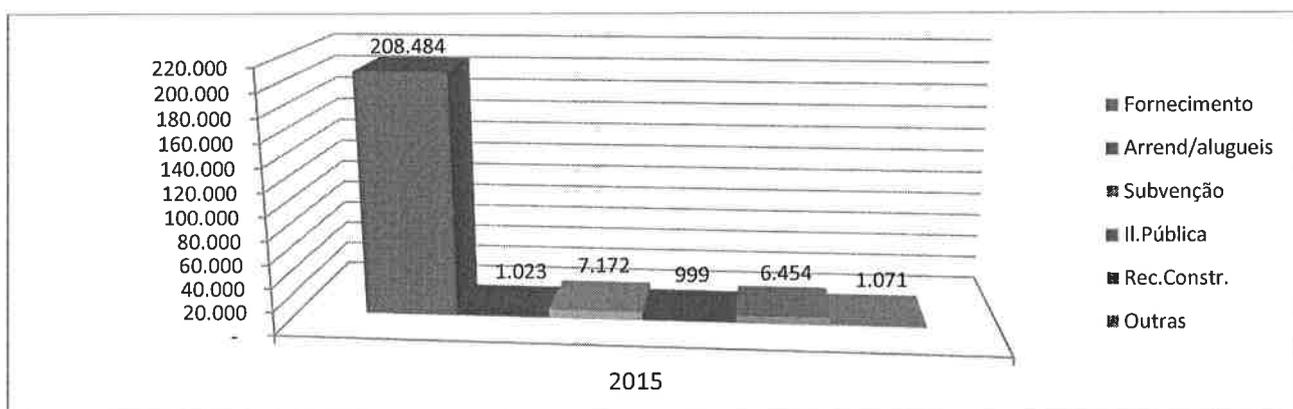
Custo do Serviço de Energia Elétrica

	2015	2014	2013
Custo com Energia Elétrica			
Compra de Energia para Revenda	83.713.585	55.718.524	41.023.805
Encargos do Uso do Sistema	6.998.358	4.437.696	3.749.440
Proinfra	1.942.756	1.935.721	1.903.143
Bolha Financeira – Resol. 243/06	953.313	902.805	1.011.622
Conta de Compens.Var.Parc."A" – CVA	(2.921.413)	(1.628.068)	-
Crédito de Cofins/Pis/Pasep	(8.658.744)	(5.827.014)	(4.412.537)
TOTAL	82.027.855	55.539.664	40.279.368



Custos Operacionais – Gerenciáveis

Despesas Gerais	2015	2014	2013
Pessoal	12.389.831	11.905.952	10.970.675
Material	1.806.609	1.276.165	953.165
Serviço de Terceiros	3.313.102	3.590.232	3.265.169
Taxa de Fiscalização	-	109.957	132.936
Arrendamento e alugueis	176.613	109.534	106.124
Seguros	114.607	106.415	88.020
Doações, Contribuições e Subvenções	17.500	195.594	69.192
Custo Serv.prest.a terceiros-Lig Legal	62.510	176.241	62.609
Depreciação	2.148.803	2.265.839	2.117.102
Custo com construção	6.454.198	5.108.423	5.561.691
Outras despesas operacionais	715.934	657.897	440.847
TOTAL	27.199.707	25.392.292	23.767.530

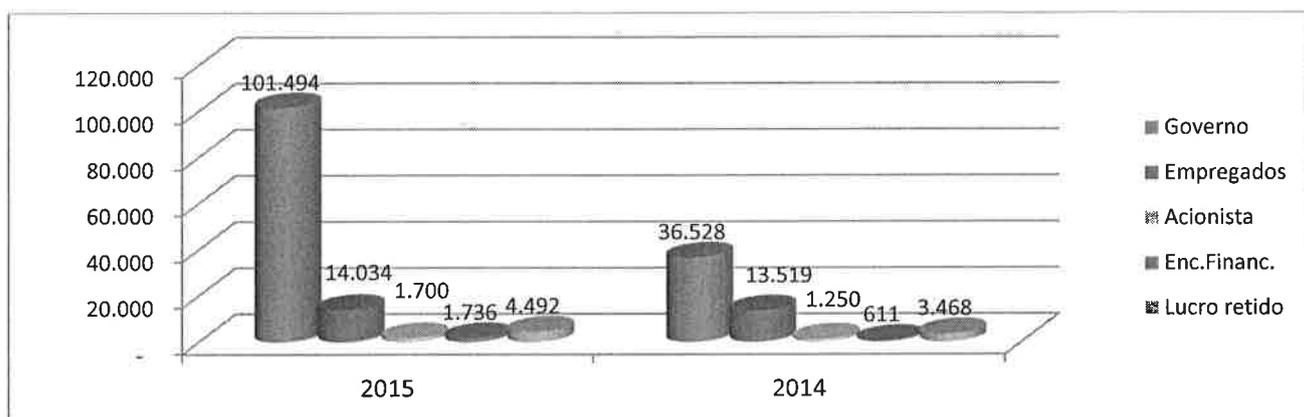


Resultado Financeiro

Receitas (Despesas) Financeiras	2015	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	215.098	184.897	244.953
Varição Monet. e Acrésc. Moratórios – Energia Vendida	2.859.917	1.265.710	989.889
Outras Receitas Financeiras	229.224	148.610	212.052
Juros s/Capital próprio	(1.700.000)	(1.250.000)	(1.250.000)
Outras Despesas Financeiras	(1.735.518)	(610.599)	(528.274)
TOTAL	(131.279)	(261.382)	(331.380)

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)

**LAJIDA ou EBITDA**

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 8,8 milhões e margem de 7,7% em 2015, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2015	2014	2013
Lucro líquido do período	6.192	4.703	2.943
Provisão para IRPJ/CSLL	593	567	487
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(132)	(262)	(331)
Lajir/Ebit	6.653	5.008	3.099
Depreciação e Amortização	2.149	2.266	2.117
Lajida/Ebitda	8.802	7.274	5.219
Receita Operacional Líquida	114.834	86.198	67.458
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	7,7%	8,4%	7,7%

Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2015	2014	2013
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 0,17	R\$ 0,12	R\$ 0,24
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,16	R\$ 1,10	R\$ 1,09
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circ. + Realizável L.P.}}{\text{Passivo Circ. + Exigível L.P.}}$	R\$ 1,09	R\$ 1,07	R\$ 1,04
Endividamento Total	$\frac{\text{Exigibilidades totais}}{\text{Ativo Total}}$	R\$ 0,44	R\$ 0,33	R\$ 0,24
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	12,5%	10,2%	7,1%
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	0,95	0,92	0,94
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	0,52	0,65	0,75
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	10,80%	13,81%	16,26%
Energia Comprada/Rec.Líquida	$\frac{\text{Custo Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	71,43%	64,43%	59,71%
Capital de Giro	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}}$	R\$ 6.004.073	R\$ 2.003.323	R\$ 1.246.964
Lucro Líquido	-	R\$ 6.192.287	R\$ 4.703.287	R\$ 2.943.859
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 8.341.090	R\$ 7.963.984	R\$ 5.911.212

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2015 – Valor (R\$ mil)			2014 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	114.834			80.690		
Lucro Operacional	6.192			4.703		
Folha de Pagamento Bruta	12.389			11.906		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.160	9,3%	1,0%	1.065	8,9%	1,3%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.870	23,2%	2,5%	2.693	22,6%	3,3%
Previdência privada	31	0,2%	0,0%	29	0,2%	0,0%
Saúde	610	4,9%	0,5%	623	5,2%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	96	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Educação	83	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv. Profissional	19	0,2%	0,0%	23	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	593	4,8%	0,52%	495	4,2%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.462	44,2%	4,7%	5.110	42,9%	6,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	101.494		88,4%	36.519		45,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	106.956		93,1%	41.629		51,6%

	2015	2014
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	118	117
Nº de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	43	42
2º Grau	52	52
1º Grau	23	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	19
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	50
Acima de 45 anos	51	48
Admissões durante o período	4	11
Demissões durante o período	3	9
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	5	8
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,8			8,0		
Nº total de acidentes de trabalho	3			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
ATIVO	2015	2014
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.124	2.360
Consumidores	24.660	12.878
Serviços em Curso	895	392
Tributos Compensáveis	224	307
Almoxarifado Operacional	1.308	967
Despesas Pagas Antecipadamente	26	83
Ativos Regulatórios	8.021	3.891
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	1.622	2.044
Outros Ativos Circulantes	562	847
	43.442	23.769
Não Circulante		
Tributos Compensáveis	315	275
Depósitos judiciais e cauções	-	228
Investimentos temporários	195	195
Ativos regulatórios	3.675	4.204
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
	4.185	4.902
Investimentos	287	287
Imobilizado em Serviço	44.864	39.048
Imobilizado em Curso	4.613	4.232
Intangível em Serviço	172	349
	49.936	43.916
	54.121	48.818
Total do Ativo	97.563	72.587

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
PASSIVO	2015	2014
Circulante		
Fornecedores	11.530	7.953
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.004	298
Obrigações sociais e trabalhistas	1.985	1.532
Tributos	4.299	3.679
Provisão para litígios	27	200
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	1.701	996
Encargos setoriais	7.203	4.005
Passivos regulatórios	7.151	57
Outros Passivos Circulantes	710	1.105
	36.610	19.825
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	3.584	962
Passivos financeiros setoriais	3.675	4.204
Obrigações especiais	7.711	6.892
	14.970	12.058
Patrimônio Líquido		
Capital Social	38.000	37.000
Reservas de Capital	10.001	8.411
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	(2.018)	(4.707)
	45.983	40.704
Total do Passivo	97.563	72.587

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
		2015	2014
Receita Operacional			
Fornecimento de Energia Elétrica		208.325	112.845
Outras Receitas		3.735	3.305
Ativos e Passivos Regulatórios		218	164
Subvenções		6.530	6.776
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos		(774)	(640)
		218.034	122.450
Deduções da Receita Operacional			
Tributos			
ICMS		(54.716)	(28.904)
Cofins s/vendas		(16.614)	(8.913)
Pasep s/vendas		(3.607)	(1.935)
Encargos Parcela "A"			
RGR - Quota p/Reserva Global de Reversão		-	(8)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		(17.188)	(1.179)
CDE - Conta ACR		(4.124)	-
TFSEE - Taxa de Fiscalização		(113)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética		(977)	(751)
Conta Centralizadora dos Rec.das Bandeiras Tarif.		(14.243)	-
Outros Encargos		-	(33)
		(111.582)	(41.833)
Receita Operacional Líquida		106.452	80.617
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(73.939)	(48.803)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(1.785)	(1.767)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(6.348)	(4.027)
		(82.072)	(54.597)
Resultado antes dos Custos gerenciáveis		24.380	26.020
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores		(12.389)	(11.906)
Material		(1.807)	(1.276)
Serviço de Terceiros		(3.313)	(3.590)
Arrendamento e aluguéis		(174)	(110)
Seguros		(115)	(106)
Doações, Contribuições e Subvenções		(17)	(196)
Provisões		(106)	(99)
(-) Recuperação de despesas		113	54
Tributos		(148)	(97)
Depreciação e amortização		(2.149)	(2.266)
Gastos diversos		(641)	(691)
		(20.746)	(20.283)
Resultado da Atividade de Concessão		3.634	5.737
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(3.437)	(1.901)
Receitas financeiras		3.377	1.715
		(60)	(186)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		3.574	5.551
Imposto de renda		(278)	(714)
Contribuição Social		(112)	(270)
Participações nos Lucros		(593)	(567)
Reversão dos juros s/Capital Próprio		1.700	1.250
Lucro Líquido do Exercício		4.291	5.250

Demonstrativo de Fluxo de Caixa encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
	2015	2014
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	4.291	5.250
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	94	(7)
Depreciação e Amortização de investimentos	3.001	2.976
Baixas do imobilizado em serviço	394	1.564
Variação VNR no imobilizado	(2.690)	3.108
Transf. VNR Patrimônio líquido	2.690	(3.108)
Provisão no Passivo Circulante	(173)	106
Provisão no Passivo Não Circulante	-	-
	7.607	9.889
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(11.876)	(3.545)
Serviços em curso	(503)	(322)
Tributos compensáveis	84	165
Almoxarifado operacional	(341)	108
Ativos regulatórios - Parcela "A" - Cva	(4.131)	(2.934)
Despesas pagas antecipadamente	57	(7)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	421	(2.044)
Outros ativos circulantes	285	(174)
	(16.004)	(8.753)
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	3.577	2.460
Obrigações sociais e trabalhistas	453	142
Tributos e contribuições sociais	620	783
Dividendos declarados e Juros s/Capital próprio	705	985
Encargos setoriais	3.198	920
Passivos regulatórios - Parcela "A" - Cva	7.093	(167)
Outros passivos circulantes	(393)	637
	15.253	5.760
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais trabalhistas	(40)	32
Depósitos judiciais e cauções	228	(189)
Ativos regulatórios - Parcela "A" - Cva	-	35
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	529	814
	717	692
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(529)	(814)
	(529)	(814)
Total das atividades operacionais	7.044	6.774
Atividades de Investimentos		
Aplicações no imobilizado	(6.726)	(5.385)
Contribuição do consumidor	333	(1.136)
Depreciação/Amortização - Obrigações especiais	(288)	(278)
Transferencia Ultrapassagem demanda e reativos	774	641
Participações societárias	-	2
	(5.907)	(6.156)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	5.000	-
Amortização de empréstimos	(715)	(298)
Juros sobre financiamentos	42	-
Juros sobre o capital próprio	(1.700)	(1.250)
	2.627	(1.548)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial do caixa	2.360	3.290
Saldo final do caixa	6.124	2.360
Variação no caixa	3.764	(930)

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercício encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Recusos destinados a Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.000	1.932	(1.599)	3.479	-	-	39.812
Aumento de Capital conforme 112ª AGE e 47ª AGO de 16/04/2014							
- Com Reservas	1.000			(1.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			(3.108)				(3.108)
Lucro Líquido de exercício					5.250		5.250
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		235			(235)		-
- Reserva de retenção de lucro				3.765	(3.765)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.250)		(1.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.000	2.167	(4.707)	6.244	-	-	40.704
Aumento de Capital conforme 115ª AGE e 48ª AGO de 30/04/2015							
- Com Reservas	1.000		-	(1.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			2.689				2.689
Lucro Líquido de exercício					4.291		4.291
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		310			(310)		-
- Reserva de retenção de lucro				2.281	(2.281)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.700)		(1.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.000	2.477	(2.018)	7.525	-	-	45.984

Companhia Campolarguense de Energia - Cocal
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação

diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Regulatórias:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada de acordo com os montantes homologados pela ANEEL conforme Resolução Homologatória nº 1297 de 19 de Junho de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se o cálculo através da média histórica dos três últimos meses de faturamento. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO - R\$ MIL	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão pr Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão pr Devedores Duvidosos		
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	Mais de 90 dias			
Fornecimento de Energia	17.119	-	5.639	153	86	731	(590)	209	-	1.093	382	(294)	24.528	7.409
- Residencial	2.580	-	2.272	71	49	340	(306)	188	-	335	156	(156)	5.529	2.949
- Industrial	5.434	-	1.398	33	6	155	(50)	5	-	655	185	(105)	7.716	2.282
- Comercial	2.658	-	1.637	32	31	176	(174)	16	-	98	33	(33)	4.474	1.818
- Rural	132	-	66	-	-	-	-	-	-	5	8	-	211	79
- Poderes Públicos	280	-	254	17	-	60	(60)	-	-	-	-	-	651	271
- Iluminação Pública	558	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	670	12
- Serviço Público	369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	369	-
- Serviço Taxado	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180	-
- Fornecimento Não Faturado	4.929	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.929	-
- (-) Arrecadação Processo Classif	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Mbada Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Mbada Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.119	-	5.639	153	86	731	(590)	209	-	1.093	382	(294)	24.528	7.409

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de

360 dias.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	84.917	6.404	(1.197)	60	2.340	92.624	5.267	(48.949)	43.575	37.659	(7.148)	1.848	(5.300)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	84.858	6.404	(1.197)	60	2.338	92.461	5.267	(48.901)	43.560	37.638	(7.148)	1.848	(5.300)
Veículos	61	-	-	-	2	63	-	(48)	15	23	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	4.263	7	-	-	-	4.270	7	(2.992)	1.278	1.371	-	-	-
Terrenos	832	-	-	-	-	832	-	-	832	832	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefetorias	1.407	-	-	-	-	1.407	-	(1.363)	24	27	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.422	7	-	-	-	1.429	7	(1.148)	281	350	-	-	-
Veículos	70	-	-	-	-	70	-	(57)	13	17	-	-	-
Móveis e Utensílios	532	-	-	-	-	532	-	(404)	128	145	-	-	-
Comercialização	60	11	-	(60)	-	11	(49)	-	11	18	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	60	-	-	(60)	-	-	(60)	-	-	18	-	-	-
Veículos	-	11	-	-	-	11	11	-	11	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	89.240	6.422	(1.197)	-	2.340	96.805	5.225	(51.941)	44.864	39.048	(7.148)	1.848	(5.300)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil													
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	4.217	6.800	-	(6.404)	-	4.613	396	-	4.613	4.217	(2.411)	-	(2.411)
Máquinas e Equipamentos	4.217	6.800	-	(6.404)	-	4.613	396	-	4.613	4.217	(2.411)	-	(2.411)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	4	-	-	(4)	-	-	(4)	-	-	4	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4	-	-	(4)	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	11	-	-	(11)	-	-	(11)	-	-	11	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	11	-	-	(11)	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.232	6.800	-	(6.419)	-	4.613	381	-	4.613	4.232	(2.411)	-	(2.411)
Total do Ativo Imobilizado	93.472	13.222	(1.197)	(6.419)	2.340	101.416	5.606	(51.941)	49.477	43.280	(9.559)	1.848	(7.711)

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	108	-	-	-	-	108	-	(45)	63	85
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	1.490	-	-	-	-	1.490	-	(1.381)	109	263
Outros	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Comercialização										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.599	-	-	-	-	1.599	-	(1.426)	173	349
Ativo Intangível em Curso										
Geração										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	1.599	-	-	-	-	1.599	-	(1.426)	173	349

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	69.318	6.404	(1.197)	-	-	74.525	5.207
Transformador de Distribuição	14.029	961	(271)	-	-	14.719	690
Medidor	8.617	958	(251)	-	-	9.324	707
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	25.590	1.250	(520)	-	-	26.320	730
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	13.781	580	(155)	-	-	14.206	425
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	2.711	2.265	-	-	-	4.976	2.265
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.590	390	-	-	-	4.980	390

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Geração		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Transmissão		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Distribuição		92.526	(48.950)	43.576
Custo Histórico	4,01%	92.526	(48.950)	43.576
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Administração		4.270	(2.992)	1.278
Custo Histórico	5,20%	4.270	(2.992)	1.278
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Comercialização		11	-	11
Custo Histórico	4,71%	11	-	11
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
		96.807	(51.942)	44.865
Em Curso - R\$ Mil				
Geração				-
Transmissão				-
Distribuição				-
Administração				-
Comercialização				-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica				-
		96.807	(51.942)	44.865

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.634	978	827	-	-	-	6.439
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	252	-	-	-	-	-	252
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	109	-	-	-	-	-	109
Total das Adições	4.995	978	827	-	-	-	6.800

Nota: A Cocel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de Capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutores	5,00
Estrutura do Sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00
Administração	
Edificação	4,00
Equipamento Geral	10,00
Equipamento de informática	10,00
Veículos	20,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de junho de 2014 a maio de 2015, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em 01 de junho de 2015, logo após o final da vigência da RTP, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTP continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual – IRT, por meio da Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015, de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	1.940	9.832	(6.161)	339	-	6.950	3.699	3.351	6.950	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	1.653	6.435	(2.947)	256	-	5.397	2.105	3.292	5.397	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	70	59	(71)	2	-	60	1	59	60	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	217	3.338	(2.143)	81	-	1.493	1.493	-	1.493	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.951	203	(1.158)	75	-	1.071	827	244	1.071	-
Mejoração RS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	36	203	-	5	-	244	-	244	244	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	1.915	-	(1.158)	70	-	827	827	-	827	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.891	10.035	(6.319)	414	-	8.021	4.426	3.595	8.021	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	(28)	17	(2)	-	(13)	-	-	(13)	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(28)	17	(2)	-	(13)	-	-	(13)	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(57)	(9.438)	2.358	(1)	-	(7.138)	(1.642)	(5.496)	(7.138)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quote Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(57)	(76)	87	(1)	-	(47)	(21)	(26)	(47)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias - bandeiras	-	(5.470)	-	-	-	(5.470)	-	(5.470)	(5.470)	-
Outros	-	(3.892)	2.271	-	-	(1.621)	(1.621)	-	(1.621)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(57)	(9.466)	2.375	(3)	-	(7.161)	(1.642)	(5.496)	(7.161)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A Cotel possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO														Atividade: CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES									
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Resgate	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amort.	Sistemática Amortização	Programa de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Observações	
																2017	2018	2019	2020	2021	2021+		Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.927	1.412	143	182	-	-	3.664	
Betrobrás LPT Contrato nº 102/2004	-	55	-	55	sim	-	-	-	-	31/01/2016	mensal	31/01/2016	30/11/2016	mensal	sc	-	-	-	-	-	-	-	-
Betrobrás LPT Contrato nº 116/2005	-	90	88	186	sim	-	-	-	-	31/01/2016	mensal	31/01/2016	31/12/2017	mensal	sc	88	-	-	-	-	-	-	88
Betrobrás LPT Contrato nº 102/2007	-	60	161	221	sim	-	-	-	-	31/01/2016	mensal	31/01/2016	30/11/2019	mensal	sc	60	60	41	-	-	-	-	161
Betrobrás LPT Contrato nº 210/2008	-	102	406	510	sim	-	-	-	-	31/01/2016	mensal	31/01/2016	31/12/2020	mensal	sc	102	102	102	102	-	-	-	406
Caixa Econômica Federal	-	1.709	2.917	4.626	sim	-	-	-	-	14/01/2016	mensal	14/01/2016	14/09/2016	mensal	sc	1.667	1.250	-	-	-	-	-	2.917

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Ativos Financeiros	-	6.124	-	6.124	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	6.124	-	6.124	Selecionar	Selecionar	-	-	-	Selecionar	-	-	Selecionar
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	-	-	-	Selecionar	-	-	Selecionar
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

7.2 Abertura dos Instrumentos Derivativos:

A Cotel não possui instrumentos derivativos.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	186	14	-	-	-	-	200
Constituição	-	27	-	-	-	-	27
Pagamentos	(186)	-	-	-	-	-	(186)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	-	27	-	-	-	-	27
Circulante	-	27	-	-	-	-	27
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		7.148	-	-	7.148
Participação da União, Estados e Municípios	4,25%	118	-	-	118
Participação Financeira do Consumidor	4,12%	4.659	-	-	4.659
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,82%	2.371	-	-	2.371
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(1.848)	-	-	(1.848)
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	(7)	-	-	(7)
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	(1.498)	-	-	(1.498)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	(343)	-	-	(343)
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total	3,73%	5.300	-	-	5.300

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em curso	1.255	995	-	(1.444)	-	2.288	(449)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	121	173	-	(280)	-	14	(107)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	1.025	-	-	(1.025)	-	-	(1.025)
Valores Pendentes de Recebimento	106	171	-	(139)	-	138	32
Valores Não Aplicados	3	651	-	-	-	2.136	651
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	1.203	651	-	-	-	1.854	651
Excedente de reativos	282	-	-	-	-	282	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.255	995	-	(1.444)	-	2.288	(449)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12. Receita Operacional Bruta

Tabela 34

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	48.404	47.469	312	306	206.650	112.270
Residencial	42.762	41.958	80	82	60.528	36.477
Industrial	511	550	142	142	89.601	47.669
Comercial	3.097	3.007	58	51	40.075	19.544
Rural	1.745	1.666	7	7	3.074	1.380
Poder público	212	212	4	5	3.228	1.963
Iluminação pública	1	1	13	13	5.874	3.250
Serviço público	76	75	7	6	4.270	1.987
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(774)	(641)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(651)	(385)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(123)	(256)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-		
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	218	164
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	2.854	2.450
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	7.172	7.327
Total	48.404	47.469	312	306	216.120	121.570

13. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	11.428	10.883
Remuneração	7.410	6.219
Encargos	2.870	3.198
Previdência privada	32	29
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	582	624
Programa de demissão voluntária	150	73
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	593	567
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(1.464)	(993)
Outros	1.255	1.166
Administradores	1.555	1.590
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.521	1.548
Benefícios dos administradores	34	42
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	12.983	12.473

14. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrado a seguir:

	2015	2014
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	5.476	5.004
Efeitos sobre:		
Participação nos resultados	(548)	(525)
Juros sobre o Capital próprio	-	
Provisões	143	228
Reversão das provisões	(200)	(95)
Reversão da CVA provisionada	(3.634)	(1.820)
Outras adições	-	196
Outras exclusões	-	-
	1.237	2.988
Provisão do Imposto de renda e contribuição social	390	971
	7,1 %	19,4%

Nota: A Cocel adota o resultado societário para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

15. Revisão e Reajuste Tarifário

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

15.1 Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocel.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Foi fixado o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cocel a partir de fevereiro de 2013,

até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

15.2 Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cotel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

15.3 Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cotel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

15.4 Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

15.5 Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

16. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no terceiro ciclo de revisão tarifária (3CRTP) deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	87.502.800
(2) Índice de Aproveitamento Integral	2.488.847
(3) Obrigações Especiais Bruta	16.556.182
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.941.133
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	49.516.638
(6) Depreciação Acumulada	52.824.532
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	34.678.267
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	711.214
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	33.967.053
(10) Almoxarifado em Operação	780.754
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	14.780.569
(13) Terrenos e Servidões	125.410
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	20.092.648
(15) Saldo RGR PLPT	1.940.759
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,93%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	1.945.576
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	-
(20) Remuneração do Capital	2.088.255

17. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	8.392.308
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	2.098.077
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	2.098.077
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	4.196.154
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	194.371
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	418.896
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.030.069
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	1.643.335

17.1. Ajuste da parcela "B" em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

Ao Custo de Administração, Operação e Manutenção - CAOM e ao Custo Anual dos Ativos - CAA é aplicado um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (P_m) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada concessionária no ajuste do Valor da Parcela B é definido a partir da produtividade média do setor de distribuição e do crescimento médio do mercado faturado e do número de unidades consumidoras da concessionária entre a atual revisão tarifária e a do 3CRTP.

O Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na atual revisão tarifária é de **1,11%**.

Para o cálculo do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X.

Na aferição do nível de qualidade do serviço prestado são considerados os indicadores

Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O mecanismo busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho relativo entre as distribuidoras.

O valor do ajuste da Parcela B em função do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade depende do desempenho relativo das distribuidoras. Para definição do **Indicador de Qualidade do Serviço** de cada distribuidora são comparados, a cada ano civil, os indicadores apurados DEC e FEC, contra os limites definidos pela ANEEL.

A tabela a seguir resume o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da concessionária.

Descrição	Valores
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	14.499.350
Custos Operacionais (CO)	14.417.499
Receitas Irrecuperáveis - Encargos Setoriais (Vi)	1.549
Demais Receitas Irrecuperáveis (Vse)	80.301
Custo Anual dos Ativos (CAA)	5.677.166
Remuneração do Capital (RC)	2.088.255
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	1.945.576
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	1.643.335
Parcela B (VPB)	20.176.515
Índice de Produtividade da Parcela B	1,64%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-
Parcela B com ajustes	19.844.966

17.2 Resultado da Revisão Tarifária

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior

Resumo da Revisão

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da COCEL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribuiu para o reposicionamento tarifário apresentado

Descrição	Receita Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Var Projetado (%)	Impacto na Revisão	Part Receita Revisão (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	44.381	48.599	49.524	1,90%	1,35%	71,98%
1.1 Encargos Setoriais	9.304	10.189	8.058	-20,91%	-3,11%	11,71%
RGR	1.047	1.147	735	-35,86%	-0,60%	1,07%
CCC	3.824	4.187	2.069	-50,59%	-3,09%	3,01%
CFURH	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TFSEE	127	139	152	9,97%	0,02%	0,22%
CDE	2.482	2.717	2.891	6,40%	0,25%	4,20%
PROINFA	1.117	1.223	1.468	20,07%	0,36%	2,13%
P&D (Eficiência Energética)	709	776	742	-4,38%	-0,05%	1,08%
O N S	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
ESS	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
1.2 Transmissão	5.872	6.430	5.374	-16,41%	-1,54%	7,81%
Rede Básica	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Rede Básica Fronteira	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Itaipu	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Conexão	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
CUSD	5.872	6.430	5.374	-16,41%	-1,54%	7,81%
Outros	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
1.3 Compra energia	29.205	31.981	36.091	12,85%	6,00%	52,46%
CCEAR Existente	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
CCEAR Nova	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Contratos Bilaterais	29.205	31.981	36.091	12,85%	6,00%	52,46%
Itaipu	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Geração Própria	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
PARCELA B	18.168	19.895	19.274	-3,12%	-0,91%	28,02%
Custos Operacionais	12.550	13.743	15.797	14,95%	3,00%	22,96%
Remuneração	3.132	3.430	2.054	-40,11%	-2,01%	2,99%
Depreciação	2.632	2.882	1.914	-33,60%	-1,41%	2,78%
Receitas Irrecuperáveis	160	176	81	-54,19%	-0,14%	0,12%
Outras Receitas	-306	-335	-571	70,44%	-0,34%	-0,83%
3. Parcela A + Parcela B	62.549	68.494	68.798	0,44%	0,44%	108,00%
4. Alocação de Subsídios na tarifa econômica	0	-451	0	0,67%	0,67%	
5. Reposicionamento Econômico (3+4)	62.549	68.044	68.798	1,11%	1,11%	
6. Componentes Financeiros			1.541		2,12%	
7. Reposicionamento com Financeiros (5+6)					3,23%	
8. Financeiros Retirados do IRT anterior					-2,15%	
9. Efeito médio p/ consumidor (7+8)					1,16%	
8. Receita Verificada	62.549	68.044				

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015		31/12/2014	Ajustes	31/12/2014	
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.124	-	6.124		2.360	-	2.360	
Consumidores	24.660	-	24.660		12.878	-	12.878	
Serviços em Curso	895	-	895		392	-	392	
Tributos Compensáveis	224	-	224		307	-	307	
Almoxarifado Operacional	1.308	-	1.308		967	-	967	
Despesas Pagas Antecipadamente	26	-	26		83	-	83	
Ativos Regulatórios	(18.1)	8.021	827	7.194	3.891	2.013	1.878	
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	1.622	-	1.622		2.044	-	2.044	
Outros Ativos Circulantes	562	-	562		847	-	847	
	43.442	827	42.615		23.769	2.013	21.756	
Não Circulante								
Tributos Compensáveis	315	-	315		275	-	275	
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-		228	-	228	
Investimentos temporários	195	-	195		195	-	195	
Ativos regulatórios	3.675	-	3.675		4.204	-	4.204	
Ativo financeiro indenizável	(18.2)	-	(539)	539	-	(42.636)	42.636	
	4.185	(539)	4.724		4.902	(42.636)	47.538	
Investimentos	287	-	287		287	-	287	
Imobilizado em Serviço	44.864	44.864	-		39.048	39.048	-	
Imobilizado em Curso	4.613	4.613	-		4.232	4.232	-	
Intangível em Serviço	172	(46.343)	46.515		-	(1.468)	1.468	
Intangível em Curso	-	(4.613)	4.613		349	(3.883)	4.232	
	(18.3)	49.936	(1.479)	51.415	43.916	37.929	5.987	
		54.121	(2.018)	56.139	48.818	(4.707)	53.525	
Total do Ativo	97.563	(1.191)	98.754		72.587	(2.694)	75.281	

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

PASSIVO	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015		31/12/2014	Ajustes	31/12/2014	
Circulante								
Fornecedores	11.530	-	11.530		7.953	-	7.953	
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.004	-	2.004		298	-	298	
Obrigações sociais e trabalhistas	1.985	-	1.985		1.532	-	1.532	
Tributos	4.299	-	4.299		3.679	-	3.679	
Provisão para litígios	27	-	27		200	-	200	
Dívidendos e juros sobre o Capital Próprio	1.701	-	1.701		996	-	996	
Encargos setoriais	7.203	-	7.203		4.005	-	4.005	
Passivos regulatórios	7.151	-	7.151		57	57	-	
Outros Passivos Circulantes	710	-	710		1.105	-	1.105	
	36.610	-	36.610		19.825	57	19.768	
Não Circulante								
Empréstimos, financiamentos e debentures	3.584	-	3.584		962	-	962	
Passivos financeiros setoriais	3.675	-	3.675		4.204	-	4.204	
Obrigações especiais	(18.4)	7.711	2.259	5.452	6.892	1.485	5.407	
		14.970	2.259	12.711	12.058	1.485	10.573	
Patrimônio Líquido								
Capital Social	38.000	-	38.000		37.000	-	37.000	
Reservas de Capital	10.001	(1.432)	11.433		8.411	471	7.940	
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	(2.018)	(2.018)	-		(4.707)	(4.707)	-	
	45.983	(3.450)	49.433		40.704	(4.236)	44.940	
Total do Passivo	97.563	(1.191)	98.754		72.587	(2.694)	75.281	

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014						
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
	31/12/2015		31/12/2015	31/12/2014		31/12/2014
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	208.325	-	208.325	112.845	-	112.845
Outras Receitas	3.735	-	3.735	3.305	-	3.305
Ativos e Passivos Regulatórios	(18,5) 218	59	159	164	128	36
Subvenções	6.530	-	6.530	6.776	-	6.776
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(18,6) (774)	(774)	-	(640)	(640)	-
Receita de construção	(18,7) -	(6.454)	6.454	-	(5.108)	5.108
	218.034	(7.169)	225.203	122.450	(5.620)	128.070
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(54.716)	-	(54.716)	(28.904)	-	(28.904)
Cofins s/vendas	(16.614)	-	(16.614)	(8.913)	-	(8.913)
Pasep s/vendas	(3.607)	-	(3.607)	(1.935)	-	(1.935)
Encargos Parcela "A"						
RGR - Quota p/Reserva Global de Reversão	-	-	-	(8)	-	(8)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(18,8) (17.188)	(1.213)	(15.975)	(1.179)	72	(1.251)
CDE - Conta ACR	(4.124)	-	(4.124)	-	-	-
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(113)	-	(113)	(110)	-	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(977)	-	(977)	(751)	-	(751)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	(14.243)	-	(14.243)	-	-	-
Outros Encargos	-	-	-	(33)	(33)	-
	(111.582)	(1.213)	(110.369)	(41.833)	39	(41.872)
Receita Operacional Líquida	106.452	(8.382)	114.834	80.617	(5.581)	86.198
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(73.939)	-	(73.939)	(48.803)	978	(49.781)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	(18,9) (1.785)	(44)	(1.741)	(1.767)	(35)	(1.732)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(6.348)	-	(6.348)	(4.027)	-	(4.027)
	(82.072)	(44)	(82.028)	(54.597)	943	(55.540)
	24.380	(8.426)	32.806	26.020	(4.638)	30.658
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(12.389)	-	(12.389)	(11.906)	-	(11.906)
Material	(1.807)	-	(1.807)	(1.276)	-	(1.276)
Serviço de Terceiros	(3.313)	-	(3.313)	(3.590)	-	(3.590)
Arrendamento e aluguéis	(174)	-	(174)	(110)	-	(110)
Seguros	(115)	-	(115)	(106)	-	(106)
Doações, Contribuições e Subvenções	(17)	-	(17)	(196)	-	(196)
Provisões	(106)	-	(106)	(99)	-	(99)
(-) Recuperação de despesas	113	-	113	54	-	54
Tributos	(148)	-	(148)	(97)	-	(97)
Depreciação e amortização	(2.149)	-	(2.149)	(2.266)	-	(2.266)
Custo com construção	(18,7) -	6.454	(6.454)	-	5.108	(5.108)
Gastos diversos	(641)	-	(641)	(691)	1	(692)
	(20.746)	6.454	(27.200)	(20.283)	5.109	(25.392)
Resultado da Atividade de Concessão	3.634	(1.972)	5.606	5.737	471	5.266
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(3.437)	-	(3.437)	(1.901)	(40)	(1.861)
Receitas financeiras	3.377	73	3.304	1.715	116	1.599
	(60)	73	(133)	(186)	76	(262)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	3.574	(1.899)	5.473	5.551	547	5.004
Imposto de renda	(278)	-	(278)	(714)	-	(714)
Contribuição Social	(112)	-	(112)	(270)	-	(270)
Participações nos Lucros	(593)	-	(593)	(567)	-	(567)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.700	-	1.700	1.250	-	1.250
Lucro Líquido do Exercício	4.291	(1.899)	6.190	5.250	547	4.703

18.1 Ativos regulatórios

Os ajustes são decorrentes do saldo do a Custo da parcela "A" CVA - CDE diferida em junho/2014, incluída no Reajuste tarifário de Junho/2015 e que vem sendo amortizada mensalmente a partir do reajuste.

18.2 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Estes lançamentos na contabilidade societária foram

realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 540 mil.

18.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldos no final do exercício societário	49.433	44.940
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	(2.018)	(4.707)
Equalização do resultado regulatório e societário	(1.432)	471
Saldo no fim do exercício regulatório	45.983	40.704

O efeito decorrente da equalização do resultado regulatório e societário refere-se as variações positivas e negativas dos ativos e passivos setoriais, os quais passaram a ser registrados na contabilidade societária a partir de 2014, bem como, a atualização do ativo financeiro indenizável não aceito na contabilidade regulatória.

18.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A diferença de R\$ 2.259, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

18.5 Receita Operacional

O ajuste de R\$ 59 mil, refere-se Ativos e Passivos Regulatórios, especificamente sobre saldos da neutralidade da Parcela “A” de períodos anteriores a amortizar.

18.6 Receita Operacional

O valor de R\$ 774 mil, refere-se a contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

18.7 Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

18.8 CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

O valor de R\$ 1.213, refere-se a amortização da variação da Parcela “A” diferida em períodos anteriores, reconhecida como componente financeiro no reajuste tarifário ocorrido em Junho/2015, contabilizada apenas na contabilidade regulatória.

18.9 Energia Elétrica comprada para revenda - Proinfa

O ajuste de R\$ 44 mil refere-se a variação da Parcela “A” – Proinfa de períodos anteriores reconhecida como componente financeiro no reajuste tarifário ocorrido em Junho/2015, contabilizada apenas na contabilidade regulatória.

18.10 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2015	2014
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	6.190	4.703
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.899)	547
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(6.454)	(5.108)
Custo de construção	6.454	5.108
Ativos e passivos financeiros setoriais	(1.899)	547)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	4.291	5.250

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocel passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

* * *



Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente



Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico



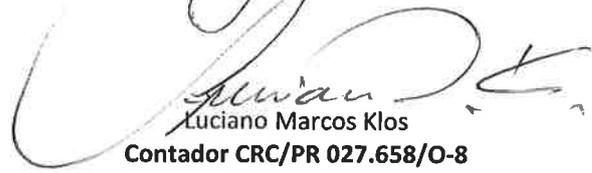
Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo



Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico



Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas regulatórias.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, consoante às diretrizes e procedimentos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para elaboração de referidas demonstrações.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias:

A Companhia mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, no Passivo Não Circulante, o valor de R\$ 5.452 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias:

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Maringá - PR, 01 de abril de 2016.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2015

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Passamos por um período de grandes mudanças na legislação do setor elétrico, acompanhadas de crise na geração de energia, retração na economia e uma série de incertezas sobre o futuro do país. Um cenário preocupante para todos os brasileiros, que bravamente continuam lutando contra todas as adversidades. A Cocel também precisou se adequar a esta realidade e tomamos todas as medidas possíveis para reduzir custos sem interferir na qualidade do atendimento prestado. Além de visar garantir a saúde financeira da Companhia, tínhamos ainda a missão de obtermos a renovação da concessão para distribuição de energia em Campo Largo. Os esforços foram recompensados e em dezembro de 2015 renovamos o contrato de concessão por mais 30 anos - com orgulho de sermos uma concessionária que pertence aos campolarguenses e com ânimo renovado para proporcionarmos um serviço cada vez mais eficiente a todos os nossos consumidores.

Em 2015 a Companhia alcançou outro objetivo que há muito tempo buscava – adquiriu a subestação Distrito Industrial de Campo Largo da Copel, aumentando sua capacidade de fornecimento de energia no nível de tensão maior (138 KV), assim teve um acréscimo de 50% na compra de energia.

Além da compra da subestação, foram investidos R\$ 6,7 milhões em melhorias na rede de distribuição e de expansão da rede. Todos os bairros do município podem contar com energia e atendimento de qualidade.

Para garantir a qualidade no atendimento foram realizadas 1892 horas de treinamentos em 2015 e nossos procedimentos são constantemente aprimorados. Melhoramos a central de atendimento telefônico - com a automatização a capacidade de atendimento aumentou em oito vezes; nosso site é constantemente atualizado – oferecendo ao consumidor vários canais para solicitação de serviços, informações e até reclamações.

Para agilizar a execução de ordens de serviço os procedimentos de envio e conclusão foram automatizados, o despacho é feito diretamente para os tablets das equipes técnicas que estiverem mais próximas do consumidor. A emissão de faturas em toda a área urbana passou a ser realizada instantaneamente após a leitura, garantindo maior rapidez e eficiência no processo.

A busca pela eficiência energética também fez parte das atividades da Companhia em 2015. Dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior concluímos a substituição de oito mil lâmpadas e 325 geladeiras de consumidores de baixa renda. Os equipamentos antigos foram substituídos por modelos novos e econômicos, possibilitando a economia de 1.200 MWh (megawatt-hora) em um ano. Este projeto é realizado conforme as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que também fiscaliza.

Ressalto que a Companhia conta com colaboradores eficientes e dedicados e graças a este empenho completamos 47 anos de atividades, com outros 30 pela frente. Que sejam anos de sucesso e prosperidade para toda Campo Largo. Boa leitura!

Cordialmente,

Emídio Pianaro Junior.

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 46 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

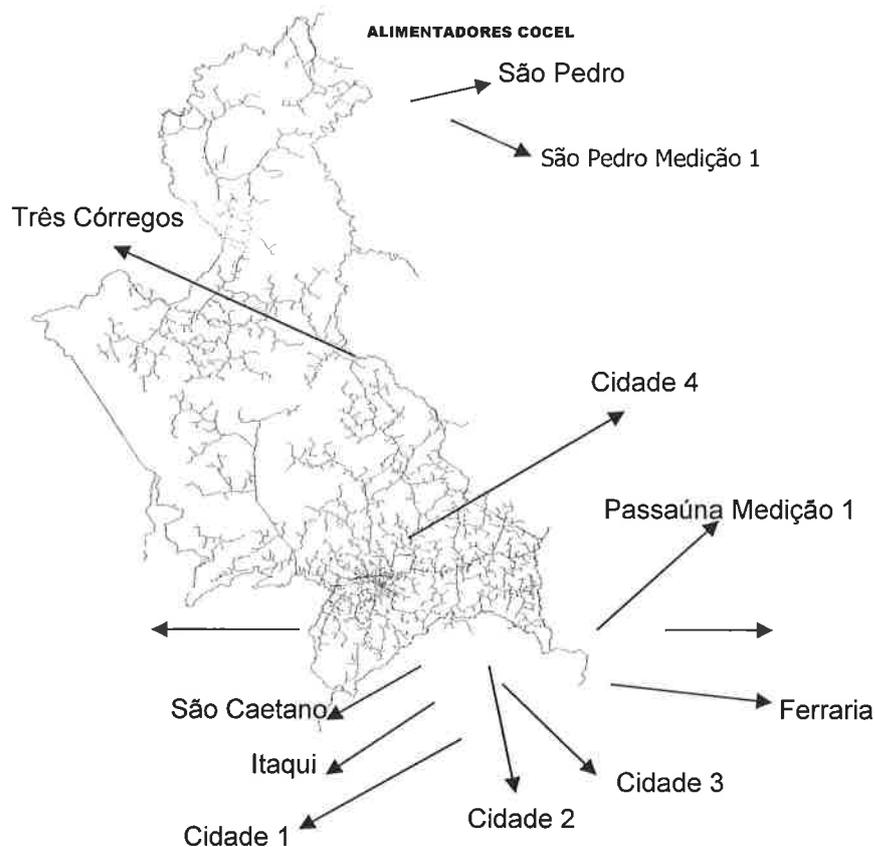
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.



Estrutura Organizacional



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização

contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 38.000 (trinta e oito milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 122.443 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2014, e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores

O Setor de Atendimento contou em 2015 com onze colaboradores e uma estagiária divididos entre o atendimento personalizado, recepção da empresa e tele atendimento. Os meios disponibilizados para contato são os seguintes:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Tele atendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.
- “Fale conosco” / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

A instalação da central de tele atendimento automatizada no final de 2014 possibilitou que um número maior de consumidores pudesse ser atendido ao mesmo tempo, mesmo em períodos críticos – quando um grande número de consumidores fica sem energia. O site oficial foi totalmente reformulado, garantindo melhor navegabilidade e disponibilizando um maior número de informações de interesse dos consumidores. O site ainda possibilita que sejam atualizados os dados de telefone e e-mail das unidades consumidoras e facilita o contato por e-mail com a concessionária.

Em 2015 foram registrados 251.917 protocolos de atendimento – média de 21 mil registros por mês. Houve aumento de 47% nos protocolos registrados e de 175% na quantidade de serviços solicitados em relação ao ano anterior. Quase

metade dos atendimentos (44%) é referente a serviços. O número de ligações recebidas via central de teleatendimento também subiu – foram 52.405 ligações recebidas no ano.

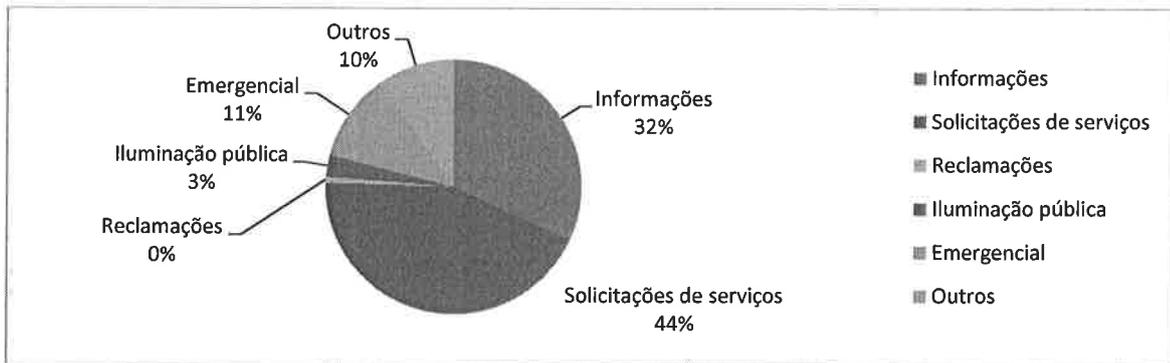


Figura 1 - Atendimentos por classificação

O atendimento personalizado ainda é o preferido pela maioria dos consumidores, mas os canais de comunicação alternativos (como Agência Virtual, sms e e-mail) aumentaram a participação.

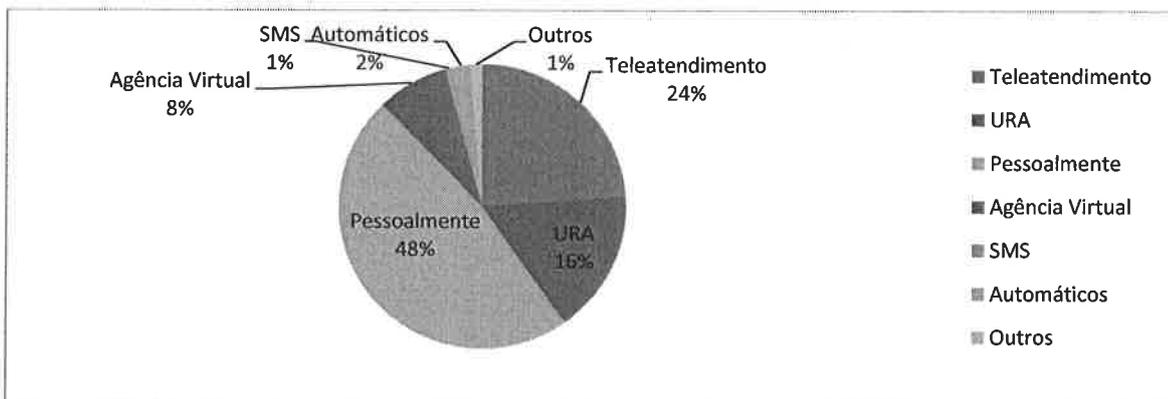


Figura 2 - Registro de protocolos conforme canal de comunicação

Realizamos no período campanhas de divulgação sobre o uso consciente da energia elétrica, com o objetivo de esclarecer o consumidor sobre o custo do uso de diferentes equipamentos. Continuamos também de forma extensiva com as campanhas educativas sobre prevenção de acidentes com cães e prevenção de acidentes envolvendo eletricidade.

Agentes Arrecadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocel é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – Aneel.

No ano de 2014, a Ouvidoria atendeu a 107 reclamações de seus consumidores, sendo que 11% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 34% foram registradas junto à Aneel e 5% no Procom.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 935 novas ligações, das quais 804 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2015, 48.406 consumidores contra os 47.471 consumidores de 2014, o que representa um crescimento de 2,0%. Destaca na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um crescimento de 84,1%, passando de R\$ 112.270 mil em 2014 para R\$ 206.650 mil em 2015.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2015, totalizou 311.827 MWh um crescimento de 2,0%, comparando com a energia faturada no ano de 2014, que totalizou 305.823 MWh.

A classe industrial composta por 511 consumidores representa 1,1% do total de consumidores, 45,6% do mercado de energia em kWh, e 43,4% do faturamento bruto.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2015, R\$ 451,28/MWh, representando um crescimento de 75,0% em relação a dezembro de 2014.

A relação consumidor-empregados passou de 405 para 417 consumidores para cada empregado em 2015.

A energia requerida ao longo do exercício de 2015 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 1,18%, passando de 323.052 MWh em 2014 para 326.866 MWh em 2015.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 4,6%.

Novas Ligações de Consumidores

Classe	2015	2014	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	42.762	41.958	1,9	88,3
Industrial	511	550	(7,1)	1,1
Comercial	3.097	3.007	3,0	6,4
Rural	1.745	1.666	4,7	3,6
Poder Público	212	212	-	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	76	75	1,3	0,2
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	48.406	47.471	2,0	100,0

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

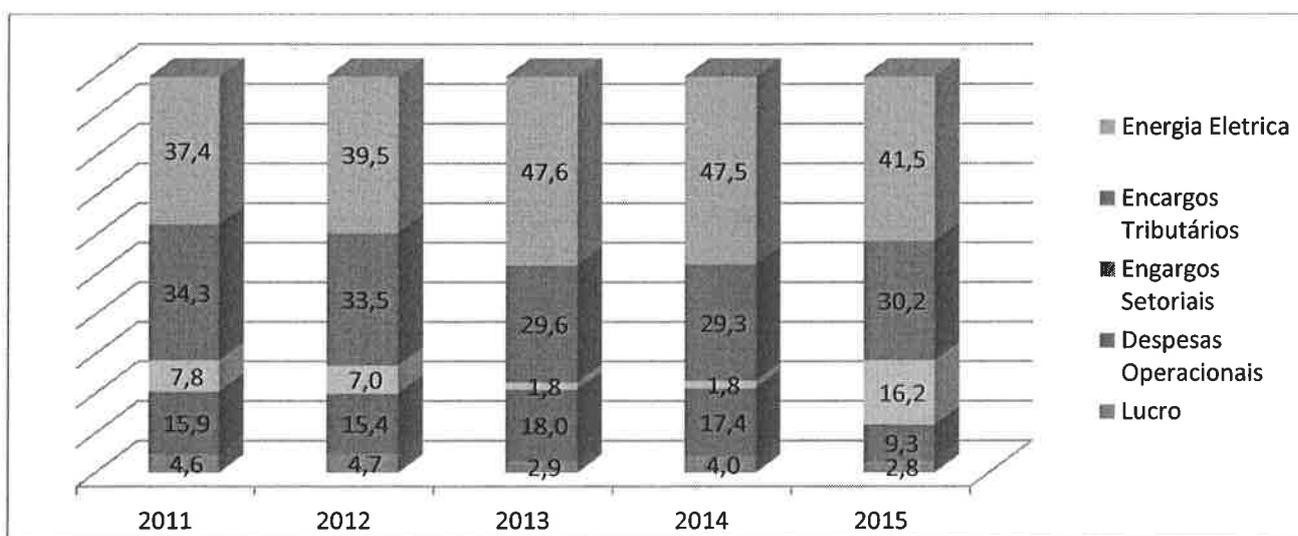
Classe	2015	2014	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	79.741	81.757	(2,5)	25,6
Industrial	142.238	142.240	0,0	45,6
Comercial	57.941	50.547	14,6	18,6
Rural	7.212	7.223	(0,2)	2,3
Poder Público	4.249	4.506	(5,7)	1,4
Iluminação Pública	13.404	13.143	2,0	4,3
Serviço Público	6.930	6.292	10,1	2,2
Consumo Próprio	112	115	(2,6)	-
TOTAL	311.827	305.823	2,0	100,00

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

Classe	2015	2014	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	60.528	36.477	65,9	29,3
Industrial	89.601	47.669	88,0	43,4
Comercial	40.075	19.544	105,1	19,4
Rural	3.074	1.380	122,8	1,5
Poder Público	3.228	1.963	64,40	1,6
Iluminação Pública	5.874	3.250	80,7	2,8
Serviço Público	4.270	1.987	114,9	2,1
TOTAL	206.650	112.270	84,1	100,00

Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total. É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a Parcela "A" que são os custos não gerenciáveis como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a Parcela "B" - custos gerenciáveis que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela "B" utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.



Tarifa média

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2015	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2014
Residencial	503,82	301,86
Industrial	436,72	238,94
Comercial	468,20	276,43
Rural	332,41	183,64
Poder Público	511,42	295,86
Iluminação Pública	287,80	165,88
Serviço Público	410,07	213,44
Consumo Próprio	282,80	288,73
Tarifa Média	451,28	257,85

INADIMPLÊNCIA

Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da Energia consumida.

SalDOS em 31/12/2015							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	2.878.899	2.215.146	418.152	91.710	62.384	437.428	6.103.719
Industrial	5.591.711	1.152.879	422.513	35.461	6.969	175.396	7.384.929
Comercial	2.756.145	878.361	874.490	37.374	33.517	210.257	4.790.144
Rural	132.498	61.191	8.740	246	6	433	203.114
Poder público	334.356	189.147	82.128	17.622	38	61.831	685.122
Iluminação Pública	557.959	-	-	-	-	-	557.959
Serviço Público	371.877	13.012	26	-	-	-	384.915
Soma	12.623.445	4.509.736	1.806.049	182.413	102.914	885.345	20.109.902

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocal.

A partir do mês de fevereiro, a Cocal ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Foi fixado o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cocal a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cotel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

Indicadores Sociais Externos**Qualidade Técnica do Fornecimento**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2014 no Conjunto Campo Largo foi de 9,09 e 6,72 e no Conjunto DCL foi de 11,92 e 8,81 respectivamente.

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizado no exercício 2015 no Conjunto Campo Largo foi de 7,71 e 5,57 e no Conjunto DCL foi de 10,74 e 8,42 respectivamente.

Investimentos**Resumo das Obras Realizadas**

Ao longo de 2015 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T. (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	2.962	2.976	128	19	795	78	348
Reforço Urbano	1.193	4.918	54	27	1.103	35	368
Melhoria Urbana	6.510	3.381	409	64	1.136	173	1.249
Ampliação Rural	2.224	5.547	145	47	530	54	470
Reforço Rural	-	559	4	2	60	2	23
Melhoria Rural	3.266	8.135	157	42	275	70	436
Subestação	-	-	-	-	-	-	2.266
Medidores Urbano/R.Aéreo	-	-	-	-	-	-	1.096
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	470
TOTAL	16.155	25.516	897	201	3.899	412	6.726

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	Posição atual	
	2015	2014
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	794	778
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.708	1.682
Postes - Unidade	34.946	34.049
Transformadores - Unidades	5.112	4.911
Potência instalada em Transformadores (KVA)	234.511	230.612
Consumidores	48.406	47.471

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA "LUZ PARA TODOS"

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do "Programa Luz para Todos"

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores.

Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão do “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do “Bolsa Família” com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2015	2014
Nº de residências atendidas	1.275	1.619
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	2,64%	3,85%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,180%	0,94%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
 - II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
 - III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.
- A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2015	2014
Nº de residências atendidas	2.340	3.109
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	4,84%	7,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	642	920
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,307%	3,52%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	642	549

Projetos de Eficiência Energética

A Cotel realiza em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o “PEE” – Programa de Eficiência Energética. O projeto realizado durante o ano de 2015 iniciou no ano anterior, com a realização de ações voltadas à racionalização do consumo de energia – que pode ser conseguida através de mudança de hábitos ou troca de equipamentos por modelos mais eficientes.

Após realizar vistoria técnica em todas as residências cadastradas com Tarifa Social foram selecionadas as 325 famílias que tinham as geladeiras em pior estado, que desperdiçavam mais energia. A renda per capita dos membros da maioria das famílias beneficiadas é inferior a meio salário mínimo, e todas fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A troca das geladeiras antigas por modelos novos e eficientes para estas 325 famílias foi realizada sem nenhum custo para os consumidores. Além de reduzir o desperdício também é a oportunidade de reduzir o valor da tarifa de energia – as famílias com Tarifa Social tem a tarifa zerada se o consumo for inferior a 120 kWh (quilowatt-hora) por mês.

Além das geladeiras, 7.826 lâmpadas econômicas foram entregues às famílias de baixa renda. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada. Cerca de 1200 MWh (megawatt-hora) devem ser economizados em um ano com estas ações.

Uma equipe contratada pela Cotel visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL, que também fiscaliza o projeto) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo. A substituição das geladeiras começou em novembro de 2015 e foi finalizada em fevereiro de 2016.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Campanhas educativas também fizeram parte do PEE em 2015. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento. As campanhas foram divulgadas nos jornais e rádios locais e também na internet.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

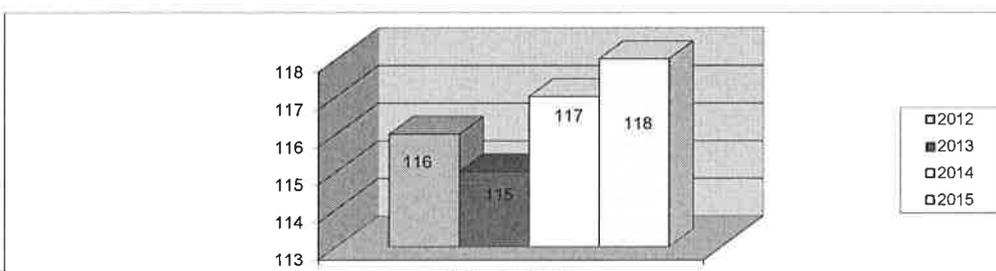
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2015, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 4.183 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 118 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.160 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **07** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 45 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 40 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

- A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e Não faturada em 2015, totalizou R\$ 208.483.507 contra R\$ 112.880.607 em 2014, representando um acréscimo de 84,69% comparando um ano para outro. Este acréscimo foi em função do reajuste médio ocorrido em Junho/2015 de 55,18%.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções da CDE, Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsídio da classe Baixa Renda, que somaram em 2015, R\$ 7.172.338. As demais receitas totalizaram 3.093.456.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

- Receita de construção: estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

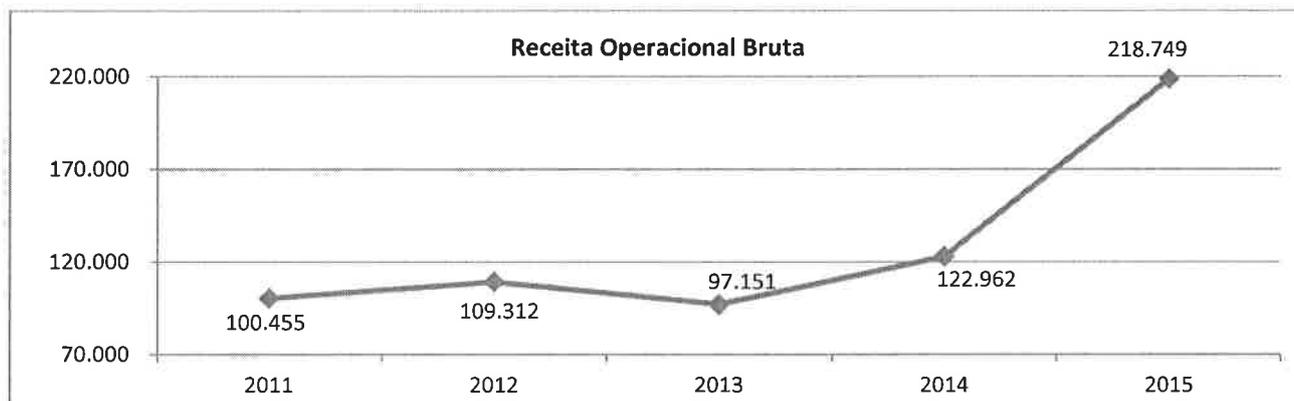
A contabilização é efetuada nas Receitas e como Custos relativos ao serviço de construção ou melhorias na infraestrutura. A margem de construção sinaliza no resultado valor "zero".

Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2015	2014	2013
Residencial	60.527.696	36.476.977	31.065.398
Industrial	89.601.005	47.669.116	41.406.026
Comercial	40.074.938	19.543.659	14.964.476
Rural	3.073.904	1.380.301	1.114.021
Poder Público	3.228.361	1.963.139	1.665.970
Iluminação pública	5.873.538	3.249.893	2.736.384
Serviço Público	4.270.197	1.986.979	1.512.377
TOTAL	206.649.639	112.270.064	94.464.652

Energia Não faturada

	Energia não faturada (R\$)		
	2015	2014	2013
TOTAL	1.675.337	575.267	(248.402)

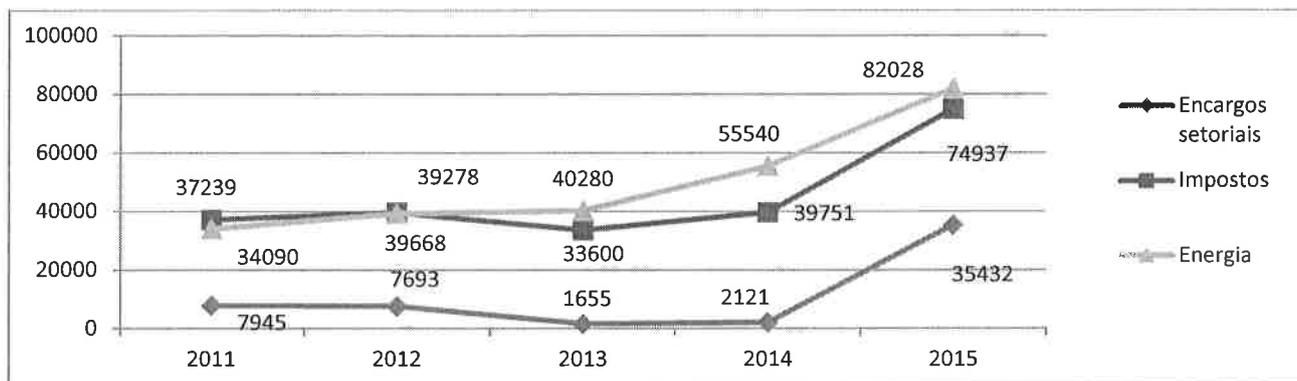


Deduções da Receita

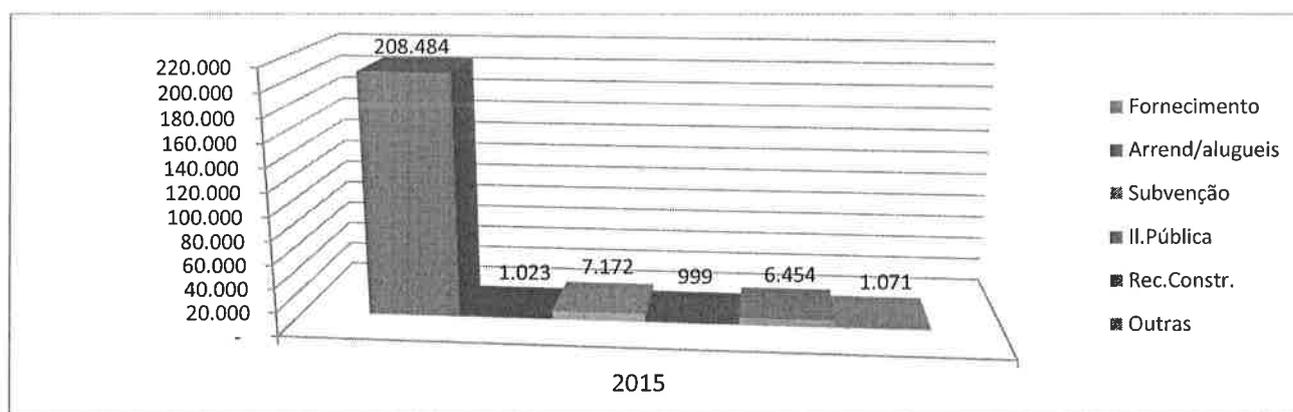
	2015	2014	2013
Encargos do Consumidor			
RGR – Cota de Reserva Legal	-	8.095	61.288
CCC – Conta de consumo de Combustível	-	-	172.407
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	15.974.886	1.251.829	814.051
Programa de Eficiência Energética	488.304	375.363	299.873
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	488.304	375.363	308.059
Bandeiras tarifárias	14.242.776	-	-
Contas ACR – CCEE	4.124.278	-	-
Taxa de fiscalização	113.595	109.957	-
TOTAL	35.432.143	2.120.607	1.655.678
Impostos e Contribuições			
Icms	54.715.567	28.903.922	24.623.935
Cofins	16.614.112	8.912.672	7.374.655
Pis/Pasep	3.607.011	1.934.447	1.601.076
TOTAL	74.936.690	39.751.041	33.599.666
TOTAL DAS DEDUÇÕES	110.368.833	41.871.648	35.255.344

Custo do Serviço de Energia Elétrica

	2015	2014	2013
Custo com Energia Elétrica			
Compra de Energia para Revenda	83.713.585	55.718.524	41.023.805
Encargos do Uso do Sistema	6.998.358	4.437.696	3.749.440
Proinfra	1.942.756	1.935.721	1.903.143
Bolha Financeira – Resol. 243/06	953.313	902.805	1.011.622
Conta de Compens.Var.Parc."A" – CVA	(2.921.413)	(1.628.068)	-
Crédito de Cofins/Pis/Pasep	(8.658.744)	(5.827.014)	(4.412.537)
TOTAL	82.027.855	55.539.664	40.279.368

**Custos Operacionais – Gerenciáveis**

	2015	2014	2013
Despesas Gerais			
Pessoal	12.389.831	11.905.952	10.970.675
Material	1.806.609	1.276.165	953.165
Serviço de Terceiros	3.313.102	3.590.232	3.265.169
Taxa de Fiscalização	-	109.957	132.936
Arrendamento e alugueis	176.613	109.534	106.124
Seguros	114.607	106.415	88.020
Doações, Contribuições e Subvenções	17.500	195.594	69.192
Custo Serv.prest.a terceiros-Lig Legal	62.510	176.241	62.609
Depreciação	2.148.803	2.265.839	2.117.102
Custo com construção	6.454.198	5.108.423	5.561.691
Outras despesas operacionais	715.934	657.897	440.847
TOTAL	27.199.707	25.392.292	23.767.530

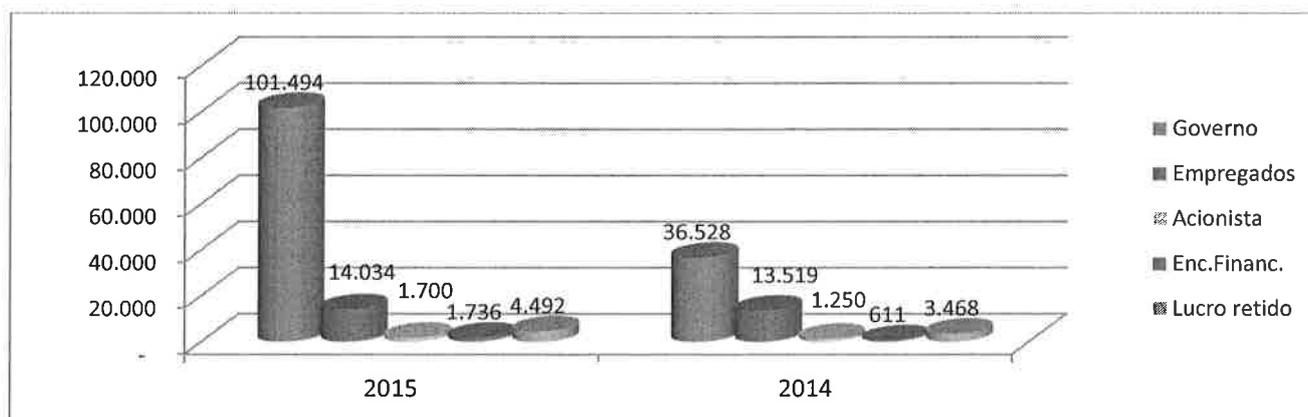


Resultado Financeiro

Receitas (Despesas) Financeiras	2015	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	215.098	184.897	244.953
Variação Monet. e Acrésc. Moratórios – Energia Vendida	2.859.917	1.265.710	989.889
Outras Receitas Financeiras	229.224	148.610	212.052
Juros s/Capital próprio	(1.700.000)	(1.250.000)	(1.250.000)
Outras Despesas Financeiras	(1.735.518)	(610.599)	(528.274)
TOTAL	(131.279)	(261.382)	(331.380)

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)



LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 8,8 milhões e margem de 7,7% em 2015, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2015	2014	2013
Lucro líquido do período	6.192	4.703	2943
Provisão para IRPJ/CSLL	593	567	487
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(132)	(262)	(331)
Lajir/Ebit	6.653	5.008	3.099
Depreciação e Amortização	2.149	2.266	2.117
Lajida/Ebitda	8.802	7.274	5.219
Receita Operacional Líquida	114.834	86.198	67.458
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	7,7%	8,4%	7,7%

Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2015	2014	2013
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 0,17	R\$ 0,12	R\$ 0,24
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,16	R\$ 1,10	R\$ 1,09
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circ. + Realizável L.P.}}{\text{Passivo Circ. + Exigível L.P.}}$	R\$ 1,09	R\$ 1,07	R\$ 1,04
Endividamento Total	$\frac{\text{Exigibilidades totais}}{\text{Ativo Total}}$	R\$ 0,44	R\$ 0,33	R\$ 0,24
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	12,5%	10,2%	7,1%
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	0,95	0,92	0,94
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	0,52	0,65	0,75
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	10,80%	13,81%	16,26%
Energia Comprada/Rec. Líquida	$\frac{\text{Custo Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	71,43%	64,43%	59,71%
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 6.004.073	R\$ 2.003.323	R\$ 1.246.964
Lucro Líquido	-	R\$ 6.192.287	R\$ 4.703.287	R\$ 2.943.859
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 8.341.090	R\$ 7.963.984	R\$ 5.911.212

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2015 – Valor (R\$ mil)			2014 – Valor (R\$ mil)		
	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Receita Líquida						
			114.834			80.690
Lucro Operacional			6.192			4.703
Folha de Pagamento Bruta			12.389			11.906
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.160	9,3%	1,0%	1.065	8,9%	1,3%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.870	23,2%	2,5%	2.693	22,6%	3,3%
Previdência privada	31	0,2%	0,0%	29	0,2%	0,0%
Saúde	610	4,9%	0,5%	623	5,2%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	96	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Educação	83	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv.Profissional	19	0,2%	0,0%	23	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	593	4,8%	0,52%	495	4,2%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.462	44,2%	4,7%	5.110	42,9%	6,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	101.494		88,4%	36.519		45,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	106.956		93,1%	41.629		51,6%

4) Indicadores do Corpo Funcional	2015	2014
	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	118	117
N.º de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	43	42
2º Grau	52	52
1º Grau	23	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	19
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	50
Acima de 45 anos	51	48
Admissões durante o período	4	11
Demissões durante o período	3	9
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	5	8
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,8			8,0		
Nº total de acidentes de trabalho	3			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2015.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2015.



Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente



Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico



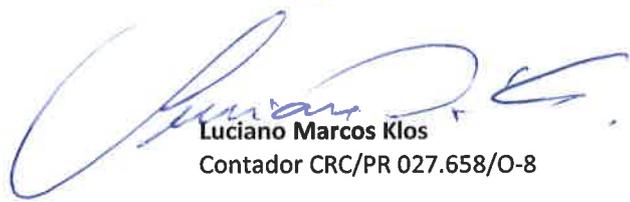
Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo



Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico



Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	2015	2014
		reclassificado
CIRCULANTE		
Numerário disponível	3.273	2.075
Aplicações no mercado aberto	2.851	286
Consumidores, Concessionários e Permissionários	24.660	12.878
Serviços em curso	895	392
Tributos compensáveis	224	307
Almoxarifado operacional	1.308	967
Despesas pagas antecipadamente	26	83
Ativos regulatórios	7.194	1.878
Outros ativos circulantes	2.183	2.890
	42.614	21.756
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis	315	275
Depósitos judiciais e cauções	-	228
Investimentos temporários	195	195
Ativos financeiros setoriais	3.675	4.204
Outros ativos não circulantes	540	42.636
	4.725	47.538
Investimentos	287	287
Intangível em serviço	46.515	1.468
Intangível em curso	4.613	4.232
	51.415	5.987
	56.140	53.525
TOTAL DO ATIVO	98.754	75.281

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE		reclassificado
Fornecedores	11.530	7.953
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.004	298
Obrigações sociais e trabalhistas	1.985	1.532
Tributos	4.299	3.679
Provisão para litígios	27	200
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.701	996
Encargos setoriais	7.203	4.005
Passivos regulatórios	7.151	-
Outros passivos circulantes	710	1.104
	36.610	19.767
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.584	962
Passivos financeiros setoriais	3.675	4.204
Obrigações Especiais	5.452	5.407
	12.711	10.573
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	38.000	37.000
Reservas de Capital	11.433	7.941
	49.433	44.941
TOTAL DO PASSIVO	98.754	75.281

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Receita Operacional		reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	208.484	112.881
Outras Receitas	10.265	10.081
Receita de Construção	6.454	5.108
	225.203	128.070
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(54.716)	(28.904)
COFINS / PASEP	(20.221)	(10.847)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	-	(8)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(15.975)	(1.252)
CDE – Conta ACR	(4.124)	-
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(113)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(977)	(751)
Bandeiras Tarifárias	(14.243)	-
	(110.369)	(41.872)
Receita Operacional Líquida	114.834	86.198
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(75.680)	(51.513)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(6.348)	(4.027)
	(82.028)	(55.540)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	32.806	30.658
Custos Gerenciáveis – Parcela “B”		
Pessoal e Administradores	(12.389)	(11.906)
Material	(1.807)	(1.276)
Serviços de Terceiros	(3.313)	(3.590)
Depreciação e Amortização	(2.149)	(2.266)
Custo com Construção	(6.454)	(5.108)
Outras Despesas Operacionais	(1.087)	(1.246)
	(27.199)	(25.392)
Resultado da Atividade	5.607	5.266
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(3.436)	(1.861)
Receitas Financeiras	3.304	1.599
	(132)	(262)
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	5.475	5.004
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(390)	(984)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	5.085	4.020
Participações nos Lucros	(593)	(567)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.700	1.250
Lucro Líquido do Exercício	6.192	4.703
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	12,37	9,41

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Atividades Operacionais		reclassificado
Lucro Líquido do Exercício	6.192	4.703
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	94	(7)
Depreciação e Amortização de Investimentos	3.001	2.976
Baixas do Imobilizado em Serviço	394	1.564
Provisões no Passivo Circulante	(173)	106
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.508	9.342
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(11.876)	(3.545)
Serviços em Curso	(503)	(322)
Tributos compensáveis	84	165
Almoxarifado operacional	(341)	108
Ativos regulatórios – Parcela A – CVA	(5.316)	(1.878)
Despesas pagas antecipadamente	57	(7)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	421	(2.044)
Outros ativos circulantes	285	(174)
	(17.189)	(7.697)
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	3.577	2.460
Obrigações sociais e trabalhistas	453	142
Tributos e Contribuições Sociais	620	783
Dividendos declarados e juros s/Capital próprio	705	985
Encargos setoriais	3.198	920
Passivos regulatórios – Parcela A – CVA	7.151	-
Outras passivos circulantes	(393)	637
	15.311	5.927
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições compensáveis	(40)	32
Depósitos judiciais e cauções	228	(189)
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	529	(4.204)
	717	(4.361)
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(529)	4.204
	(529)	4.204
Total das Atividades Operacionais	7.818	7.415
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(6.726)	(5.385)
Contribuições do Consumidor	333	(1.136)
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	(288)	(278)
Participações Societárias	-	2
	(6.681)	(6.797)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.000	-
Amortização de Empréstimos	(715)	(298)
Juros sobre Financiamentos	42	-
Juros sobre o Capital Próprio	(1.700)	(1.250)
	2.627	(1.548)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	2.360	3.290
Saldo Final do Caixa	6.124	2.360
Varição no Caixa	3.764	(930)

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	208.484	112.881
Outras Receitas de Serviços	10.265	4.463
Receita de Construção de redes	6.454	5.108
	225.203	122.452
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(90.686)	(55.749)
Materiais	(1.900)	(1.327)
Serviços de Terceiros	(2.353)	(2.626)
Custos de Construção de Redes	(6.454)	(5.108)
Outros Custos Operacionais	(945)	(1.167)
	(102.338)	(65.977)
2. Valor Adicionado Bruto	122.865	56.475
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.713)	(2.698)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	120.152	53.777
Receitas Financeiras Líquidas	3.304	1.599
4. Valor Adicionado a Distribuir	123.456	55.376
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	13.441	12.976
Governo: Impostos e Contribuições	101.494	36.519
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	1.736	611
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.700	1.250
Lucros Retidos	4.492	3.453
Participação nos Lucros	593	567
Total	123.456	55.376

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000	1.936	3.551	-	41.487
Aumento do Capital Social Conforme 112ª AGE e 47ª AGO de 16/04/2014					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.703	4.703
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	235	-	(235)	-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	3.218	(3.218)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	37.000	2.171	5.769	-	44.940
Aumento do Capital Social Conforme 115ª AGE e 48ª AGO de 30/04/2015					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	6.192	6.192
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	309	-	(309)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	4.183	(4.183)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	38.000	2.480	8.952	-	49.432

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1999, prorrogando a vigência até 07.07.2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09.11.2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02.06.2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;
Revisão Tarifária Extraordinária;
Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela terceira revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2012, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;
- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;
- Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicada no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os

encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros e outros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1. Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, as demonstrações referente ao exercício de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificadas. Os saldos contábeis ajustados que afetaram o balanço patrimonial e resultado dessa reclassificação estão descritos abaixo:

As adequações foram efetuadas no Demonstrativo de Resultados:

- 1) Reclassificação do valor da Subvenção da CDE para Outras Receitas de acordo com o que determina o novo Manual de Contabilidade vigente a partir de janeiro de 2015. Em 31/12/2014 o valor foi contabilizado deduzindo das contas contábeis da compra de energia elétrica.
- 2) Reclassificação da TFSEE – taxa de fiscalização para o grupo de Deduções da Receita Operacional. Em 31/12/2014 a contabilização foi efetuada no grupo de contas de outras despesas (Despesas operacionais).

	Saldo originalmente apresentado	(+/-) Ajuste	Saldo ajustado
Receita Operacional			
Outras Receitas	4.463	5.618	10.081
Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Energia Elétrica comprada para revenda	45.895	5.618	51.513
Deduções da Receita Operacional			
TFSEE – taxa de fiscalização	-	113	113
Despesas operacionais			
Outras - TFSEE – taxa de fiscalização	113	113	-

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

ATIVO CIRCULANTE

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2015	2014
Caixa	4	2
Contas Bancárias a Vista	2.823	1.705
Numerários em Trânsito	446	368
Total	3.273	2.075

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.851 mil (R\$ 286 em 2013), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2015	2014
Fornecimento faturado	19.671	10.080
Fornecimento não faturado	4.928	3.252
Outras cobranças de consumidores	1.063	454
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.002)	(908)
Total	24.660	12.878

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Classes	2015	2014
Residencial	463	478
Industrial	155	159
Comercial	207	214
Rural	-	-
Poder Público	59	-
Outras cobranças de consumidores	118	57
Total	1.002	908

O fornecimento faturado de energia e outras cobranças na faturas, apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2015				2014
Residencial	2.879	2.633	592	6.104	3.161
Industrial	5.592	1.575	218	7.385	3.741
Comercial	2.756	1.753	281	4.790	1.788
Rural	132	70	1	203	73
Poder Público	334	271	80	685	583
Iluminação Pública	558	-	-	558	300
Serviço Público	372	13	-	385	202
Governo do Paraná – Luz Fraterna	36	106	444	586	232
Total	12.659	6.421	1.616	20.696	10.080

4.4. Serviços em Curso

São registrados os valores aplicados nos Programas em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficientização Energética direcionados ao consumidor de Baixa Renda. Valor aplicado até dezembro de 2015 foi de R\$ 895 mil.

4.5 Tributos compensáveis

	2015	2014
Icms a compensar Curto Prazo	219	296
Cofins/Pis/Pasep retido do Poder Público	-	11
Provisões s/aplicações financeiras	5	-
Total	224	307

4.6. Almojarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.308 mil, (R\$ 967 em 31 de dezembro de 2014), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 26 mil.

4.8 Ativos Regulatórios

Representado pelos valores das Contas de Compensação da Parcela "A" – CVA, convertidos em componentes financeiros a partir de reajustes posteriores. A CVA é recorrente da diferença das parcelas de compra de energia, encargos setoriais como o Proinfa, a CDE – conta de desenvolvimento energético e da Neutralidade da Parcela "A", reconhecidas no reajuste tarifário e efetivamente pagos mensalmente.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, A Codel aplicou a OCPC 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda – CVA Energ	5.397	1.653
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	60	26
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.493	163
Neutralidade Parcela "A"	244	36
Total	7.194	1.878

4.9. Outros Ativos Circulantes

	2015	2014
Créditos a receber – empregados	182	162
Títulos de créditos a receber	166	156
Serviços prestados a terceiros	43	42
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Repasse CDE	1.124	1.498
- Subvenção s/Desc.Tarifa Serviço Público e Rural	499	546
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	115	151
Outros ativos a receber	54	335
Total	2.183	2.890

Repasse CDE

A CDE, tem entre suas finalidades prover recursos para subsidiar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição.

O valor a ser repassado à Coce Distribuição foi homologado pela Aneel, pela Resolução nº 1.764/2014 e alterado pelas resoluções nº 1.858, de 27.02.2015 e nº 1.898 de 16.06.2015.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.10. Títulos compensáveis

	2015	2014
Icms a recuperar	315	275
Total	315	275

4.11. Depósitos judiciais e cauções

	2015	2014
Depósitos judiciais trabalhistas	-	228
Total	-	228

4.12. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.13 Ativos Financeiros Setoriais

A Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, alterou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica – TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional o que resultou em diferenças a serem repassadas as supridoras de energia pelas concessionárias. O saldo contábil registrado nas contas 1211.2.99 do ativo e na conta 2211.2.99 do passivo demonstram o valor a ser repassado nos exercícios posteriores à Copel.

	2015	2014
Ativo financeiro – Resolução nº 243/2006	3.675	4.204
Total	3.675	4.204

4.14. Outros ativos não circulantes

Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

O saldo registrado em 31/12/2014 representa valor indenizável de acordo com o contrato de concessão nº 27/99 assinado em 30/03/1999 com vencimento em 07/07/2015.

O saldo registrado em 31/12/2015, tem seu valor reduzido em função da renovação do contrato de concessão assinado em dezembro/2015 e prorrogado por mais 30 anos.

	2015	2014
Ativo financeiro	540	42.636
Total	540	42.636

4.16. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2015	2014
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(50)	(50)
Outros Investimentos	281	281
Total	287	287

4.17. Intangível

	2015		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	161	(1)	160
Terrenos	279	(279)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	53	-	53
Máquinas e Equipamentos	46.453	(260)	46.193
Veículos	13	-	13
Móveis e Utensílios	97	-	97
	47.056	(540)	46.516
Imobilizado em Curso	4.612	-	4.612
	51.668	(540)	51.128

	2014		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	274	(194)	80
Terrenos	279	(279)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	61	(57)	4
Máquinas e Equipamentos	43.373	(41.997)	1.376
Veículos	16	(15)	1
Móveis e Utensílios	100	(93)	7
	44.103	(42.635)	1.468
Imobilizado em Curso	4.232	-	4.232
	48.335	(42.635)	5.700

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.18. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.19. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.19. Fornecedores

	2015	2014
Energia Comprada p/ Revenda	10.815	7.496
Materiais, Serviços e Outros	715	457
Total	11.530	7.953

4.20. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

Eletrobrás	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ECF 063/2004	35	-	38	35
ECF 116/2005	98	98	98	195
ECF 182/2007	60	161	60	221
ECF 212/2008	102	408	102	511
Total	295	667	298	962

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	1.709	2.917	-	-
Total	1.709	2.917	-	-

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

4.21. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2015	2014
Saldo de Salários a Pagar	1	1
Provisão de férias	1.187	777
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	168	149
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	36	35
Participações nos lucros	593	570
Total	1.985	1.532

4.22. Tributos

	2015	2014
Tributos Federais	1.212	619
Tributos Estaduais	2.799	2.478
Contribuições Sociais	286	582
Tributos retidos na fonte	2	-
Total	4.299	3.679

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade estão sujeitas as alíquotas de 7,6% e 1,65%

4.23. Provisão Para litígios

Descrição	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	186	-
Cíveis	27	-	14	-
Total	27	-	200	-

4.24. Encargos Setoriais

	2015	2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	34	30
Ministério das Minas e Energia – MME	17	15
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.742	1.385
Programa de Eficientização Energética	3.230	2.431
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.573	127
Taxa de Fiscalização	10	9
Conta ACR – Camara de comercialização de Energia Elétrica	589	-
Demais encargos setoriais	8	8
Total	7.203	4.005

4.25. Passivos regulatórios

	2015	2014
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	13	-
Neutralidade Parcela “A”	47	-
Bandeiras tarifárias	5.470	-
Financeiro de reversão – RTE – Energ	520	-
Financeiro de reversão – RTE – CDE uso	1.053	-
Financeiro de reversão – RTE – CDE energia	3	-
Financeiro de reversão – RTE – Transporte	45	-
Total	7.151	-

4.26. Outros passivos circulantes

	2015	2014
Consumidores	53	248
Taxa de Iluminação Pública	412	656
Taxa do Lixo	151	124
Outros credores	94	76
Total	710	1.104

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**4.27. Empréstimos e Financiamentos**

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal “Luz para Todos”, já mencionado seus saldos no item 4.20.

4.28. Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

	2015	2014
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	118	118
- Participação financeira do consumidor	4.659	4.290
- Universalização Serv.Públ.Energia Elétrica	2.370	1.304
(-) Amortização Acumulada	(1.847)	(1.560)
Em Curso	152	1.255
Total	5.452	5.407

Refere-se a Contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e estão vinculados ao ativo imobilizado e à concessão.

A partir de 2008, a Companhia passou a registrar as quotas de reintegração de acordo com o Despacho Aneel nº 3073/2006.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.29. Capital Social

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	37.851	36.857
Demais Acionistas	149	143
Total	38.000	37.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

4.30. Reserva de Lucros

	2015	2014
Reserva de Lucros	11.433	7.941

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.31. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.700 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	6.192	4.703
(-) Reserva Legal	(310)	(235)
(-) Constituição da Reserva	(4.182)	(3.218)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.700)	(1.250)
Lucro ajustado	-	-

4.32. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	1.185
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	2.140
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2015 a 10/02/2016	235
Subestação	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/12/2015 a 10/12/2016	6.686
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	19/06/2015 a 19/06/2016	Vlr.Mercado

4.33. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2015, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL

4.34. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento faturado						
Residencial	42.762	41.958	79.741	81.757	60.528	36.477
Industrial	511	550	142.238	142.240	89.601	47.669
Comercial	3.097	3.007	57.941	50.547	40.075	19.544
Rural	1.745	1.666	7.212	7.223	3.074	1.380
Poder Público	212	212	4.249	4.506	3.228	1.963
Iluminação Pública	1	1	13.404	13.143	5.874	3.250
Serviço Público	76	75	6.930	6.292	4.270	1.987
Consumo Próprio	2	2	112	115	-	-
Total Energia faturada	48.406	47.471	311.827	305.823	206.650	112.270
Não faturado	-	-	-	-	1.675	575
Receita de Construção	-	-	-	-	6.454	5.108
Outras Receitas	-	-	-	-	10.265	4.463
Neutralidade Parcela "A"	-	-	-	-	159	36
TOTAL	48.406	47.471	311.827	305.823	225.203	122.452

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada corresponde a energia entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base estimada e referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

4.35. Outras Receitas

	2015	2014
Renda Prestação de Serviços	135	142
Serviço Taxado	832	674
Arrendamento e Aluguéis	1.023	860
Subvenção Baixa Renda	642	552
Subvenção s/descontos nas tarifas do Serviço Público	2.036	1.158
Subvenção CDE	4.494	5.618
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	999	917
Outros	104	160
Total	10.265	10.081

4.36. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.37. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2015	2014
Programa de Eficiência Energética	488	375
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	195	150
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	195	150
Ministério de Minas e Energia - MME	99	76
Total	977	751

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

4.38. Custos com aquisição de energia elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2015	2014	2015	2014
Copel – Compra de Energia	326.866	323.052	83.714	55.718
Encargos do Uso da Rede Elétrica			6.998	4.438
PROINFA			1.943	1.936
Bolha financeira – Resol.243/06			953	903
Conta Compensação Parc."A"-CVA			(2.921)	(1.628)
Crédito COFINS / PASEP			(8.659)	(5.827)
Total	326.866	323.052	82.028	55.540

4.39. Despesas Operacionais – Custos não gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2015 e 2014 são as seguintes:

Naturezas	2015	2014
Pessoal/Administradores	12.389	11.906
Material	1.807	1.276
Serviço de terceiros	3.313	3.590
Arrendamento e alugueis	174	110
Seguros	115	106
Doações, contribuições e subvenções.	17	196
Provisões	106	99
(-) Recuperação de despesas	(113)	(54)
Tributos	148	97
Depreciação/Amortização	2.149	2.266
Custo com construção	6.454	5.108
Gastos diversos	640	692
	27.199	25.392

5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2015, no valor de R\$ 593 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Codel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.



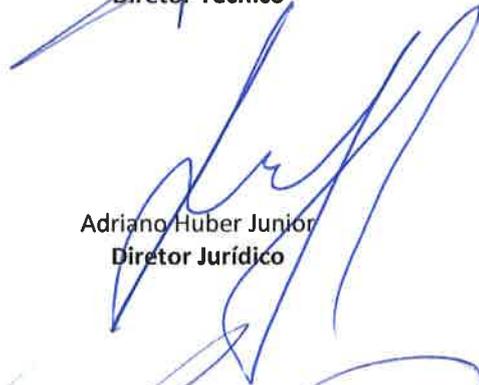
Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente



Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico



Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo



Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico



Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro



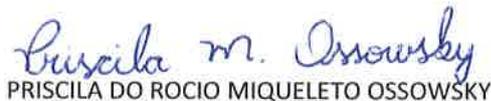
Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2015, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 30 de abril de 2016.


PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY


MARCIA REGINA SABIM


ADILSON CHAVES


ELTON JOSÉ CASTAGNOLLI


SEBASTIÃO TORRES

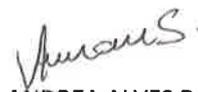
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 30 de abril de 2016.



ALZIRO MAGATÃO



ANDREA ALVES DOS SANTOS



ALMIR CARLOS DE ANDRADE WILSEK



RODRIGO TABALDI



VICENTE FELTRIN



WILSON PAULART



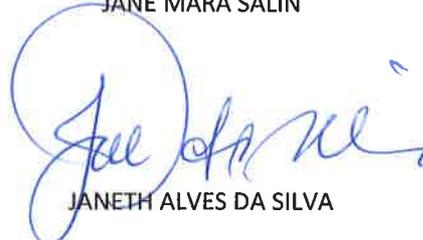
ANTONIO ADRIANO TOALDO



JANE MARA SALIN



LAURINDO BARRICHELLO



JANETH ALVES DA SILVA



MARIA MARGARETH SAVIO



**RELATÓRIO
DE
RESPONSABILIDADE
SOCIAMBIETAL**

2015

INDICE

				Folha
1.			MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
2.			A EMPRESA	3
	2.1.		Perfil	3
	2.2.		Missão	3
	2.3.		Visão	3
	2.4.		Política da Qualidade	4
	2.5.		Política da Qualidade no tratamento das reclamações	4
	2.6		Princípios e Valores	4
	2.7		Organização e Gestão	4
		2.7.1.	Estrutura Organizacional	4
	2.8		Governança Corporativa	4
	2.9		Auditoria Externa	4
3.			INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIROS	5
	3.1.		Geração e Distribuição da Riqueza	5
	3.2.		Produtividade	6
4.			INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	7
	4.1.		Indicadores Internos	7
		4.1.1.	Aspectos Qualitativos	7
		4.1.2.	Perfil dos Colaboradores	9
		4.1.3.	Perfil dos Salários	10
		4.1.4.	Comparação Salarial	10
		4.1.5.	Saúde e Segurança	10
		4.1.6.	Educação e Treinamento	10
		4.1.7.	Segurança e Medicina do Trabalho	10
		4.1.8.	Cursos e Palestras	10
5.			INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	11
	5.1.		Clientes e Consumidores	11
	5.2.		Fornecedores	14
	5.3.		Indicadores do Setor Elétrico	14
		5.3.1.	Universalização	14
		5.3.2.	Programa “Luz para Todos”	14
		5.3.3.	Programa “Luz Fraterna”	15
		5.3.4.	Tarifa de Baixa Renda	15
		5.3.5.	Programa de Pesquisa & Desenvolvimento	16
		5.3.6.	Programa de Eficiência Energética	16
	5.4.		Investimentos Sociais	17
		5.4.1.	Programa de apoio a projetos sociais	17
6.			INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	17
7.			BALANÇO SOCIAL	19

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO ANUAL DE RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL DE 2015

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Passamos por um período de grandes mudanças na legislação do setor elétrico, acompanhadas de crise na geração de energia, retração na economia e uma série de incertezas sobre o futuro do país. Um cenário preocupante para todos os brasileiros, que bravamente continuam lutando contra todas as adversidades. A Cocal também precisou se adequar a esta realidade e tomamos todas as medidas possíveis para reduzir custos sem interferir na qualidade do atendimento prestado. Além de visar garantir a saúde financeira da Companhia, tínhamos ainda a missão de obtermos a renovação da concessão para distribuição de energia em Campo Largo. Os esforços foram recompensados e em dezembro de 2015 renovamos o contrato de concessão por mais 30 anos - com orgulho de sermos uma concessionária que pertence aos campolarguenses e com ânimo renovado para proporcionarmos um serviço cada vez mais eficiente a todos os nossos consumidores.

Em 2015 a Companhia alcançou outro objetivo que há muito tempo buscava – adquiriu a subestação Distrito Industrial de Campo Largo da Copel, aumentando sua capacidade de fornecimento de energia no nível de tensão maior (138 KV), assim teve um acréscimo de 50% na compra de energia.

Além da compra da subestação, foram investidos R\$ 6,7 milhões em melhorias na rede de distribuição e de expansão da rede. Todos os bairros do município podem contar com energia e atendimento de qualidade.

Para garantir a qualidade no atendimento foram realizadas 1892 horas de treinamentos em 2015 e nossos procedimentos são constantemente aprimorados. Melhoramos a central de atendimento telefônico - com a automatização a capacidade de atendimento aumentou em oito vezes; nosso site é constantemente atualizado – oferecendo ao consumidor vários canais para solicitação de serviços, informações e até reclamações.

Para agilizar a execução de ordens de serviço os procedimentos de envio e conclusão foram automatizados, o despacho é feito diretamente para os tablets das equipes técnicas que estiverem mais próximas do consumidor. A emissão de faturas em toda a área urbana passou a ser realizada instantaneamente após a leitura, garantindo maior rapidez e eficiência no processo.

A busca pela eficiência energética também fez parte das atividades da Companhia em 2015. Dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior concluímos a substituição de oito mil lâmpadas e 325 geladeiras de consumidores de baixa renda. Os equipamentos antigos foram substituídos por modelos novos e econômicos, possibilitando a economia de 1.200 MWh (megawatt-hora) em um ano. Este projeto é realizado conforme as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que também fiscaliza.

Ressalto que a Companhia conta com colaboradores eficientes e dedicados e graças a este empenho completamos 47 anos de atividades, com outros 30 pela frente. Que sejam anos de sucesso e prosperidade para toda Campo Largo. Boa leitura!

Cordialmente,
Emídio Pianaro Junior.

2. A EMPRESA

2.1. PERFIL

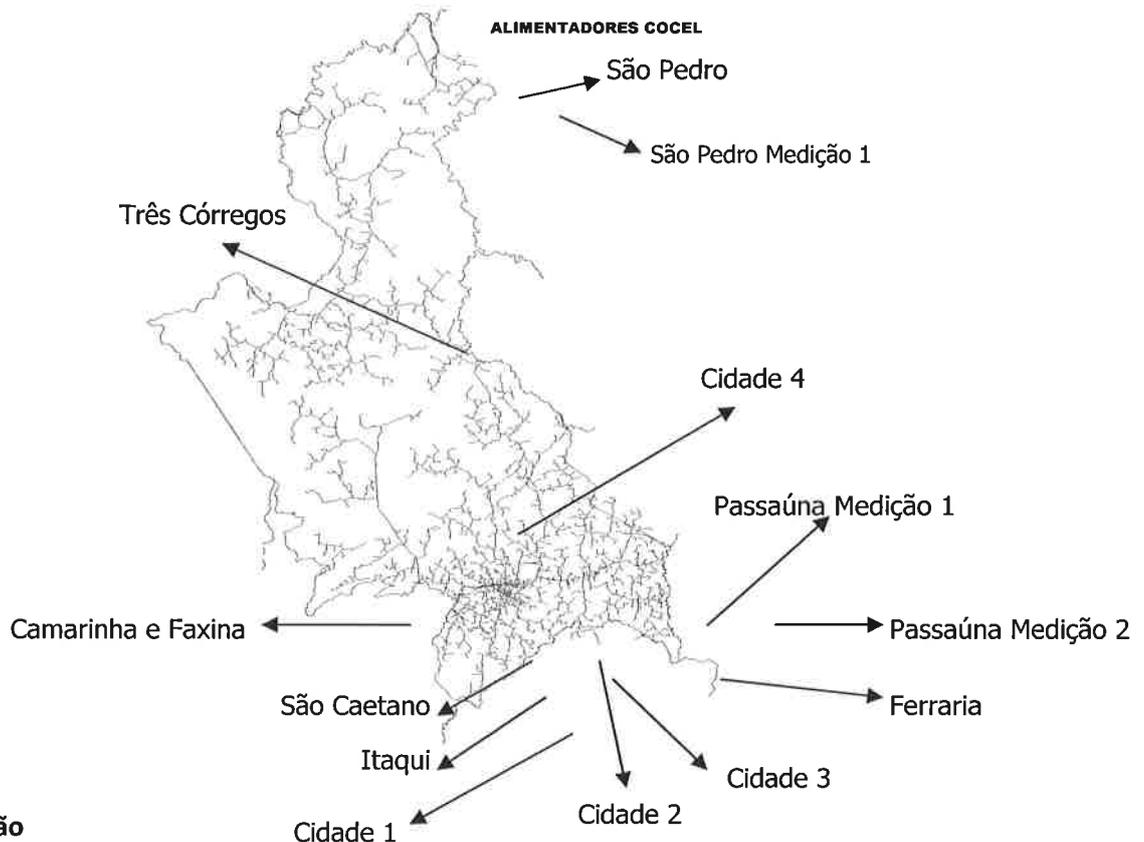
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.



2.2. Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

2.3. Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

2.4. Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

2.5. Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

2.6. Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

2.7. Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 47 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

2.7.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por dez acionistas eleitos pela Assembléia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº- 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos. Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2.8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 38.000 (trinta e seis milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2015	2014
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

2.9. AUDITORIA EXTERNA

A Cocel tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIROS

3.1. Geração e Distribuição de Riqueza

Geração de Riqueza (R\$ mil)	2015			2014	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V.
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de venda de Energia e serviços)	218.034	100%	118%	122.450	100%
Fornecimento de Energia	208.325	96%	85%	112.845	92%
Residencial	60.528	28%	66%	36.477	30%
Industrial	89.601	41%	88%	47.669	39%
Comercial	40.075	18%	105%	19.544	16%
Rural	3.074	1%	122%	1.380	1%
Poder Público	3.228	2%	64%	1.963	2%
Iluminação Pública	5.874	3%	81%	3.250	3%
Serviço Público	4.270	2%	115%	1.987	2%
Fornecimento Não Faturado	1.675	191%	-%	575	-
Outras Receitas	10.265	2%	52%	10.081	8%
Receita Arrendamento/Alugueis	1.024		19%	860	
Renda de Prestação de Serviços	142		-	142	
Serviço Taxado	831		23%	674	
Subvenção Baixa Renda	642		16%	552	
Subvenção cde	4.494		-20%	5.618	
Subvenção s/Desc.Tarifas Serv.Público	2.036		76%	1.158	
Serv.Prestados Manut.Iluminação Publica	999		9%	916	
Outras Receitas	97		-40%	161	
(-) Receita Ultrapassagem Demanda e Reativos	(774)		21%	(640)	-1%
Neutralidade Parcela A	218		33%	164	-
(-) INSUMOS (Compra de Energia, Material, Serviços de Terceiros, etc.)	(94.454)		44%	(65.505)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	123.580		117%	56.945	
(-) Quotas de Reintegração	(2.713)		1%	(2.698)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	120.867		123%	54.247	
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receita Financeira)	3.377		97%	1.715	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	124.244		122%	55.962	

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR PARTES INTERESSADAS	2015			2014	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V
Remuneração do Trabalho	8.184	7%	2%	8.025	14%
Indenizações	150	-	105%	73	-
Encargos Previdenciários e outros encargos	3.204	3%	5%	3.059	5%
Benefícios	1.871	2%	5%	1.790	3%
Previdência Privada	32	-	10%	29	0%
Participação nos Lucros	593	-	5%	567	1%
Governo (Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Setoriais)	101.494	82%	178%	36.519	65%
Financiadores – Despesas Financeiras	1.737	1%	167%	650	1%
Dividendos	1.700	2%	36%	1.250	2%
Variação do Patrimônio Líquido	5.279	4%	32%	4.000	7%
(=) VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	124.244	100%	122%	55.962	100%

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA – Governo e Encargos Setoriais	2015			2014	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V
Tributos/Taxas/Contribuições					
ICMS	54.716	54%	89%	28.903	79%
COFINS/PIS/PASEP	10.787	11%	145%	4.395	12%
IRPJ/CSLL	390	-	-60%	984	3%
IPVA	20	-	5%	19	0%
IPTU	10	-	25%	8	0%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	42	-	8%	39	0%
OUTROS TRIBUTOS	96	-	92%	50	0%
Encargos Setoriais					
RGR	-	-	-	8	0%
CCC	-	-	-	-	-
CDE/CONTA ACR	20.099	20%	1505%	1.252	3%
PEE / P&D	977	1%	30%	751	2%
BANDEIRAS TARIFÁRIAS	14.243	14%	24%	-	-
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	114	-	4%	110	0%
(=) VALOR DISTRIBUÍDO TOTAL	101.494	100%	178%	36.519	100%

3.2. Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2015	2014
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	218.034	122.450
Deduções da Receita (R\$ mil)	111.582	41.833
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	106.452	80.617
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	102.818	74.880
Resultado da Atividade de Concessão (R\$ mil)	3.634	5.737
Resultado Financeiro (R\$ mil)	60	186
Lucro Líquido (R\$ mil)	4.291	5.250
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ mil)	1.700	1.250
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	8.802	7.274
Margem do EBITDA (%)	7,70%	8,40%
Liquidez Corrente	1,16	1,10
Liquidez Geral	1,09	1,07
Margem bruta (lucro líquido / receita operacional bruta)	2,0%	4,3%
Margem Líquida (lucro líquido/receita operacional líquida)	4,0%	6,5%

Inadimplência de clientes (contas vencidas até 90 dias / Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses)	2,9%	3,1%
--	------	------

4. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Os indicadores Sociais expressam os impactos das atividades da empresa em relação ao Público interno.

4.1. Indicadores Internos

4.1.1. Aspectos Qualitativos

POLÍTICAS SOCIAIS E DE RECURSOS HUMANOS

Responsabilidade Social é muito mais do que um simples ato de filantropia motivada pôr marketing promocional da empresa ou de relações públicas, é mais nobre do que garantir que o nosso produto seja seguro e confiável, mais nobre do que gerar riquezas e empregos, ou recolher impostos na condução normal de negócios.

A Responsabilidade Social para a Cotel é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobretudo, uma atitude pro ativa de estender a mão aos mais carentes, é ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda sua atuação, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Participação dos empregados em sindicatos

Os funcionários da Cotel contam com um representante junto ao Sindicato dos Eletricitários do Paraná – Sindelpar, o qual é eleito pela maioria.

Processo de Participação nos Lucros ou Resultados da Companhia

São distribuídos até 15% (quinze por cento) do lucro líquido apurado anualmente, após as deduções definidas no Art. 28 do Estatuto Social da COCEL, como prêmio, a título de Participação nos Lucros, aos empregados da Companhia integrantes do quadro de carreira, à critério do Conselho de Administração da empresa, desde que os dividendos acusados no exercício sejam iguais ou superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

Para tanto, fica sobre a responsabilidade da Cotel, instalar Comissão Paritária, com representantes da empresa, dos empregados e do Sindicato, para discutir metas, critérios e formas de distribuição dos Lucros em cada exercício.

Remuneração, benefícios e carreira

Uma das bases para obter a máxima eficiência em sua administração é ter o servidor público como seu aliado e verdadeiro colaborador. Para isto, sua administração necessita apenas investir corretamente em recursos humanos.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos contempla uma série de alternativas que permitem aos gestores da empresa administrar os recursos humanos de forma estimulante e competitiva, normatizando as relações de trabalho, valorizando o conhecimento, a competência e o desempenho da força de trabalho. Os objetivos abaixo descritos permitirão à empresa:

Prever qualitativamente e quantitativamente, os recursos humanos;

Delimitar atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo;

Definir especificações de cargos;

Estabelecer uma estrutura salarial;

Oferecer oportunidades de remuneração capazes de produzir continuada estimulação, nos empregados, elevando seus padrões de produtividade.

A Política de Administração dos Cargos, Carreira e Vencimentos da Empresa têm por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos seus funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os resultados da empresa serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

Essa administração será feita considerando:

A relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função.

Equilíbrio orçamentário da empresa: a política salarial levará em conta o desempenho da empresa e seus resultados.

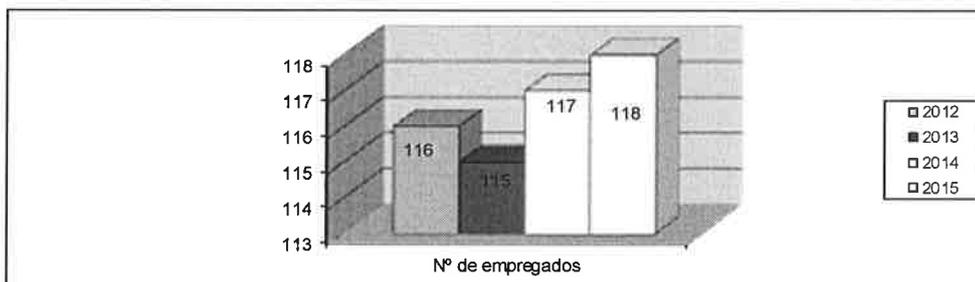
Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de cargos: Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos.

Salário de Admissão: nenhum funcionário a ser admitido deverá perceber salário inferior ao estabelecido como piso da categoria em convenção coletiva.

Salário para um novo cargo: para se definir a faixa salarial de um novo cargo na mesma carreira, este deverá passar pelo processo de avaliação e classificação, conduzida pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo e nos critérios estabelecidos quando da elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, ou seja: escolaridade, experiência, contatos, complexidade das atividades, poder de decisão, criatividade e responsabilidade por erros.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 117 colaboradores.



Programa de Alimentação

A Cotel distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.160 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 60% (sessenta por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação anti-gripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A Cotel mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

Previdência Privada

Houve investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 32 mil, representando 30% de participação da empresa.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 40 mil em bolsa de estudos, visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 07 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a mão-de-obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A Cotel conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos 44 mil.

4.1.2. Perfil dos Colaboradores

Colaboradores	% em relação ao total de colaboradores	% em cargos de gerência em relação ao total de cargos de gerência	% em cargos de diretoria em relação ao total de cargos de diretoria
Mulheres	23%	31%	-
Mulheres negras e pardas	-	-	-
Homens negros e pardos	7%	-	-
Portadores de deficiência	2%	-	-

Acima de 45 anos	26%	25%	20%
------------------	-----	-----	-----

4.1.3. Perfil dos Salários

(em salário médio) – em R\$

Colaboradores	Homens negros e pardos	Homens brancos	Mulheres negras e pardas	Mulheres brancas
Cargos de diretoria	-	15.000	-	-
Cargos gerenciais	-	6.424	-	5.165
Cargos Administrativos	4.115	3.675	-	3.351
Cargos de produção	2.528	2.528	-	1.302

4.1.4. Comparação Salarial

Salários	Índice
Divisão da maior remuneração pela menor paga (inclui participação nos lucros)	8,0
Divisão do menor salário pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos lucros)	3,00

4.1.5. Saúde e Segurança

Acidentes	2015	2014
Com afastamento	0	6
Sem afastamento	3	4

4.1.6. Educação e Treinamento

Investimentos	2015	2014
% de investimentos em educação e treinamento em relação à receita total	0,08%	0,11%
% de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de despesas operacionais	0,15%	0,18%
% de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de gastos com pessoal	0,84%	1,04%

4.1.7. Segurança e Medicina do Trabalho

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercícios semanais.

4.1.8. Cursos e Palestras de Segurança do Trabalho Realizado na Companhia - 2015

Curso	Carga Horária	Funcionários treinados
Apresentação da empresa e suas diretrizes	3h	7

Construção, manutenção e operação de rede de distribuição de área	255h	6
Curso básico: segurança em instalações de serviços com eletricidade. Conteúdo mínimo conforme Anexo III da NR 10, editada pela portaria 598 de dezembro de 2004 – MTE.	80h	4
Curso complementar: Segurança no Sistema Elétrico de Potência – SEP e em suas proximidades	80h	4
Curso de cipeiro	20h	15
Curso de manutenção em rede de distribuição compacta em linhas desenergizadas (linha morta)	24h	6
Curso de operador de guindauto	32h	3
Fundamentos básicos de eletricidade	64h	4
Instruções da norma técnica de COCEL – NTC 001	02h	43
Integração do colaborador	01h	1
NR 35 – Trabalho em altura	16h	4
Relações interpessoais	24h	4
Responsabilidade civil e criminal	08h	4
Salvamento e resgate em estruturas de rede de distribuição	26h	4
Segurança do Trabalho – Riscos adicionais, acidentes de trabalho EPIs e EPCs, normas regulamentadoras e riscos profissionais	28h	4
Sistema de gestão de qualidade	01h	1
Sistema de proteção de redes de distribuição	02h	8
Treinamento de combate a incêndio	04h	11
Treinamento ISO 9001	03h	15
Treinamento Ordem de Serviço	13h	56
Treinamento para atendimento a consumidores da COCEL	80h	2
XVIII SIPAT – Semana Interna de prevenção de acidentes	05h	134
TOTAL	771h	340

5. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

5.1. Clientes e Consumidores

Atendimento a Clientes:

No que diz respeito à relação entre a Cotel e seus clientes e consumidores, podemos destacar os seguintes aspectos:

O Setor de Atendimento contou em 2015 com onze colaboradores e uma estagiária divididos entre o atendimento personalizado, recepção da empresa e tele atendimento. Os meios disponibilizados para contato são os seguintes:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Tele atendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.

- “Fale conosco” / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

A instalação da central de tele atendimento automatizada no final de 2014 possibilitou que um número maior de consumidores pudesse ser atendido ao mesmo tempo, mesmo em períodos críticos – quando um grande número de consumidores fica sem energia. O site oficial foi totalmente reformulado, garantindo melhor navegabilidade e disponibilizando um maior número de informações de interesse dos consumidores. O site ainda possibilita que sejam atualizados os dados de telefone e e-mail das unidades consumidoras e facilita o contato por e-mail com a concessionária.

Em 2015 foram registrados 251.917 protocolos de atendimento – média de 21 mil registros por mês. Houve aumento de 47% nos protocolos registrados e de 175% na quantidade de serviços solicitados em relação ao ano anterior. Quase metade dos atendimentos (44%) é referente a serviços. O número de ligações recebidas via central de tele atendimento também subiu – foram 52.405 ligações recebidas no ano.

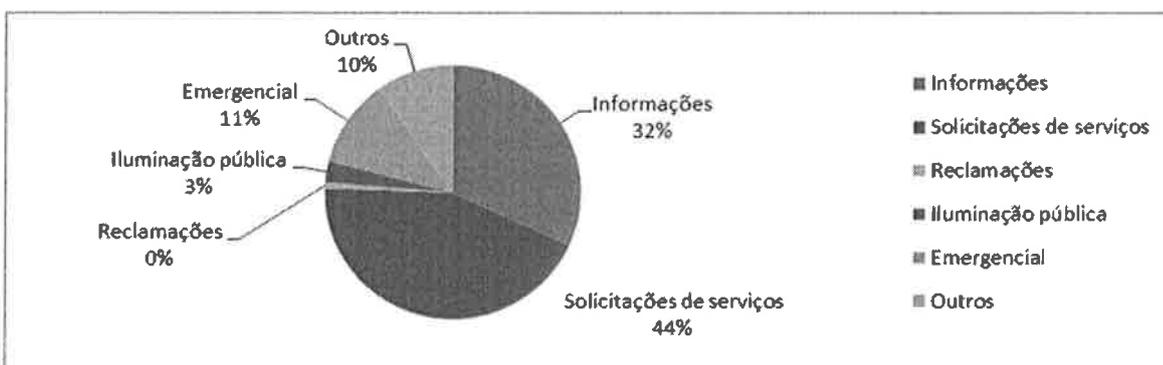


Figura 1 - Atendimentos por classificação

O atendimento personalizado ainda é o preferido pela maioria dos consumidores, mas os canais de comunicação alternativos (como Agência Virtual, sms e e-mail) aumentaram a participação.

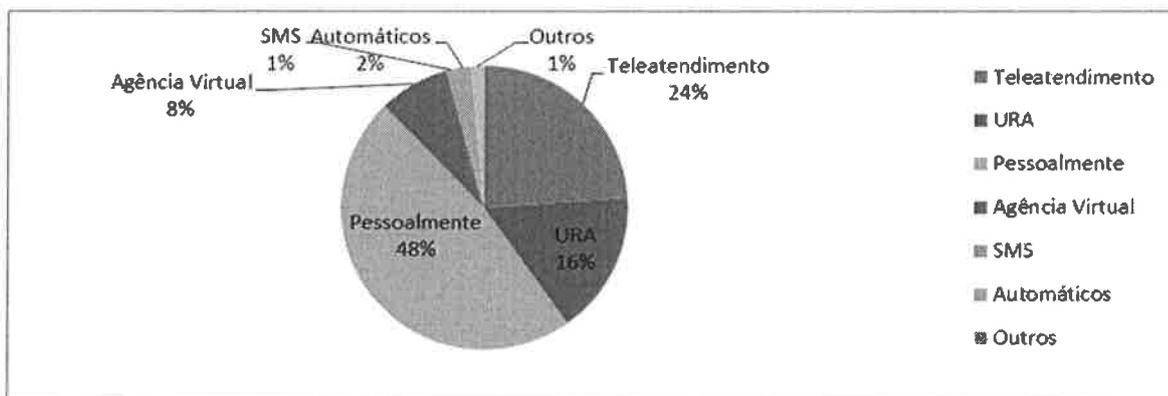


Figura 2 - Registro de protocolos conforme canal de comunicação

Realizamos no período campanhas de divulgação sobre o uso consciente da energia elétrica, com o objetivo de esclarecer o consumidor sobre o custo do uso de diferentes equipamentos. Continuamos também de forma extensiva com as campanhas educativas sobre prevenção de acidentes com cães e prevenção de acidentes envolvendo eletricidade.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocal é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – Aneel.

No ano de 2015, a Ouvidoria atendeu a 111 reclamações de seus consumidores, sendo que 20% delas foram feitas via telefone, 40% pessoalmente, 34% foram registradas junto à Aneel e 6% no Procom.

Perfil de consumidores e clientes

Venda de Energia por classe tarifária	2015			2014	
	MWh	% V	Variação H %	MWh	% V
Residencial	79.741	25,6%	-2,5%	81.757	26,7%
Industrial	142.238	45,6%	0,0%	142.240	46,5%
Comercial	57.941	18,6%	14,6%	50.547	16,5%
Rural	7.212	2,3%	-0,2%	7.223	2,4%
Poder Público	4.249	1,4%	-5,7%	4.506	1,5%
Iluminação Pública	13.404	4,3%	2,0%	13.143	4,3%
Serviço Público	6.930	2,2%	10,1%	6.292	2,1%
Consumo próprio	112	0,0%	-2,6%	115	0,0%
Total	311.827		2,0%	305.823	

Qualidade técnica, continuidade e segurança dos serviços

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes.

a) Qualidade técnica dos serviços prestados:	2015	2014
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Campo Largo – Valor apurado	7,71	9,09
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Campo Largo – Limite	9,00	10,00
Duração Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Distrito Industrial – Vlr apurado	10,74	11,92
Duração Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Distrito Industrial – Limite	11,00	12,00

b) Continuidade dos serviços prestados		
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Campo Largo – Valor apurado	5,57	6,72
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Campo Largo – Limite	8,00	8,00
Frequência Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Distrito Industrial – Valor apurado	8,42	8,81
Frequência Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Distrito Industrial – Limite	9,00	9,00
c) Segurança no uso final de energia do consumidor		
Taxa de gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede da concessionária	-	-

5.2. Fornecedores

A Cotel efetua contratações de Materiais e Serviços de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.666/93 (Lei das Licitações), e outros instrumentos legais pertinentes, não sendo possível estabelecer critérios que visem a escolha de seus fornecedores. A Lei prevê isonomia dos participantes.

Atendendo a diretriz da Administração, a Cotel vem adotando recentemente, a modalidade de pregão presencial em suas licitações.

É exigida dos participantes de licitações, declaração assinada por responsável ou representante legal da empresa, quanto à condição de trabalho infantil e escravo ou análogo, nas quais as partes contratantes se comprometem a:

Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal;

Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos para qualquer trabalho. Salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em 2015, aproximadamente 83% do valor total das compras de materiais firmados com a Cotel, foram do Estado do Paraná e 17% de outras federações.

5.3. Indicadores do Setor Elétrico

5.3.1. Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

5.3.2. Programa “Luz para Todos”

O que é o programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação

da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

HISTORICO DAS OBRAS DE “LUZ PARA TODOS”

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores. Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrangeu aproximadamente 6.500 habitantes.

QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Realizado Total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

5.3.3. Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 120 kWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do Bolsa Família com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2015	2014
Nº de residências atendidas	1.275	1.619
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	2,64%	3,85%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,18%	0,94%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	375	245

5.3.4. Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2015	2014
Nº de residências atendidas	2.340	3.109
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	4,84%	7,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	642	920
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,31%	3,52%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	642	549

5.3.5. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

A COCEL tem um projeto em andamento onde investirá **R\$ 350 mil reais** em projetos que compreendem uma metodologia de aplicação de religadores monofásicos dedicados à rede de distribuição baseada em otimização de indicadores de continuidade, um software que implementará tal metodologia para uso da COCEL e um projeto piloto em um alimentador de distribuição.

5.3.6. Projetos de Eficiência Energética

Por lei, as distribuidoras de energia devem aplicar anualmente parte de seu lucro em projetos de Eficiência Energética. Com o objetivo de combater ao desperdício de energia, a COCEL reserva 0,5% da sua receita operacional líquida para desenvolver o Programa de Eficiência Energética (PEE), seguindo a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O programa de racionalização representa uma nova atitude, uma nova forma de usufruir de tudo o que a energia elétrica pode proporcionar, suprimindo desperdícios. Para muitas famílias, além da economia na fatura de energia o programa de racionalização representa ganhos na qualidade de vida.

A Cotel realiza em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o “PEE” – Programa de Eficiência Energética. O projeto realizado durante o ano de 2015 iniciou no ano anterior, com a realização de ações voltadas à racionalização do consumo de energia – que pode ser conseguida através de mudança de hábitos ou troca de equipamentos por modelos mais eficientes.

Após realizar vistoria técnica em todas as residências cadastradas com Tarifa Social foram selecionadas as 325 famílias que tinham as geladeiras em pior estado, que desperdiçavam mais energia. A renda per capita dos membros da maioria das famílias beneficiadas é inferior a meio salário mínimo, e todas fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A troca das geladeiras antigas por modelos novos e eficientes para estas 325 famílias foi realizada sem nenhum custo para os consumidores. Além de reduzir o desperdício também é a oportunidade de reduzir o valor da tarifa de energia – as famílias com Tarifa Social tem a tarifa zerada se o consumo for inferior a 120 kWh (quilowatt-hora) por mês.

Além das geladeiras, 7.826 lâmpadas econômicas foram entregues às famílias de baixa renda. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada. Cerca de 1200 MWh (megawatt-hora) devem ser economizados em um ano com estas ações.

Uma equipe contratada pela Cotel visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL, que também fiscaliza o projeto) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo. A substituição das geladeiras começou em novembro de 2015 e foi finalizada em fevereiro de 2016.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Campanhas educativas também fizeram parte do PEE em 2015. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento. As campanhas foram divulgadas nos jornais e rádios locais e também na internet.

5.4. Investimentos Sociais

Valores	2015	2014
Percentual do Lucro Líquido destinado à totalidade em ações sociais	0,2%	0,4%
Percentual do Faturamento Bruto destinado à totalidade em ações sociais	-	-
Percentual de doações a título de produtos e serviços sobre o total destinado	75,0%	87,0%
Percentual de doações em espécie sobre o total destinado	8,8%	18,0%
Percentual de investimentos em projeto social próprio sobre o total destinado	-	-

Foi doado o valor de R\$ 6 mil reais para projetos culturais.

5.4.1. Programa de Apoio a Projetos Sociais

Em 2007, foi aprovada pelos Acionistas, a destinação de até 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido da Companhia a projetos Sociais, inclusive com alteração no Estatuto Social em seu Artigo 29.

Foi criado para tanto, uma comissão instituída pela Diretoria da Cotel, composta por 5 (cinco) membros: sendo um ouvidor, um representante da CIPA, um funcionário da área técnica, um funcionário da área administrativa e um funcionário da área jurídica.

6. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

A Cotel, por ser uma Concessionária exclusivamente distribuidora de Energia Elétrica, não conta com programas específicos relacionados ao Meio Ambiente.

São tomadas providências regularmente junto ao órgão ambiental IAP – Instituto Ambiental do Paraná, para autorização de cortes de árvores, que são necessários para construção ou reforma de redes.

Não efetivamos novas ligações em áreas protegidas sem que o consumidor apresente anuência do órgão ambiental.

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2015 – Valor (R\$ mil)			2014 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	114.834			80.690		
Lucro Operacional	6.192			4.703		
Folha de Pagamento Bruta	12.389			11.906		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.160	9,3%	1,0%	1.065	8,9%	1,3%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.870	23,2%	2,5%	2.693	22,6%	3,3%
Previdência privada	31	0,2%	0,0%	29	0,2%	0,0%
Saúde	610	4,9%	0,5%	623	5,2%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	96	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Educação	83	0,8%	0,1%	91	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv.Profissional	19	0,2%	0,0%	23	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	593	4,8%	0,52%	495	4,2%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.462	44,2%	4,7%	5.110	42,9%	6,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	101.494	-	88,4%	36.519	-	45,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	106.956	-	93,1%	41.629	-	51,6%

	2015	2014
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	118	117
Nº de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	43	42
2º Grau	52	52
1º Grau	23	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	19
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	50
Acima de 45 anos	51	48
Admissões durante o período	4	11
Demissões durante o período	3	9
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	5	8
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,8			8,0		
Nº total de acidentes de trabalho	3			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/ consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2015.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2015.



Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente



Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico



Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo



Adriano Huber
Diretor Jurídico



Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8